

10^a

ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE SETÚBAL DO PCP



REFORÇAR O PARTIDO, ORGANIZAR, LUTAR, RESISTIR E VENCER

24 FEVEREIRO 2019
CASA DA CULTURA
BARREIRO



RESOLUÇÃO POLÍTICA

Índice

INTRODUÇÃO	3
UM PARTIDO MAIS FORTE E INFLUENTE	3
Breve balanço da actividade	3
Caracterização da organização no plano social e etário.....	4
O reforço do Partido.....	4
Recrutamento e integração dos novos militantes.....	4
5 mil contactos com trabalhadores	5
Organização e intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho	5
As organizações locais.....	6
A organização e os princípios de funcionamento do Partido.....	6
A militância e o novo cartão de membro do Partido	7
O trabalho de direcção, a responsabilização de quadros e a formação política e ideológica	7
A realização de Assembleias das Organizações partidárias	9
Agitação, propaganda e difusão da imprensa do Partido	9
A Festa do Avante!	10
Os meios próprios e a independência financeira	10
A PENÍNSULA DE SETÚBAL	12
Caracterização económica e social da Península de Setúbal	12
Os trabalhadores e as suas organizações de classe	13
Outras organizações do movimento associativo e popular	15
Acção e intervenção institucional.....	26
PELO DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL	29
O enquadramento, as condicionantes e potencialidades	29
Portugal e a região	30
O PCP defende a concretização de um plano de desenvolvimento integrado para a Península	30

INTRODUÇÃO

A 10ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal do PCP realiza-se a 24 de Fevereiro de 2019, na Casa da Cultura, no Barreiro, sob o lema, “**Reforçar o Partido, Organizar, Lutar, Resistir e Vencer**”. A Assembleia constitui um momento particularmente importante da democracia interna do Partido na região, mas também em termos políticos e orgânicos.

Este é o momento de avaliar colectivamente o trabalho realizado desde a 9ª AORS, definir as orientações e as prioridades para a acção e iniciativa política do Partido na Região de Setúbal, no quadro das decisões do XX Congresso e do Comité Central do Partido, e eleger a nova DORS.

Passados três anos da nova fase da vida política nacional, a realidade evidencia quanto foi importante a solução política que o PCP e a luta dos trabalhadores impuseram. Importante pelo que impediu, defendeu, repôs e conquistou. Pôs em evidência as contradições e os problemas que persistem, e que de forma mais ou menos explícita reflectem as opções e compromissos do PS e do seu governo minoritário, com o grande capital e a submissão ao euro e às imposições da UE, expressa na sua convergência em aspectos essenciais com o PSD e o CDS-PP. Evidencia de forma cada vez mais nítida a necessidade de uma outra política, a política patriótica e de esquerda que o PCP propõe, sem a qual não há efectiva resposta aos problemas nacionais. A luta pela sua concretização não é contraditória com o aproveitamento até ao limite da actual relação de forças para impedir retrocessos e continuar a progredir.

A luta reivindicativa, pelo aumento dos salários, horários dignos, emprego com direitos, e pela revogação das normas gravosas da legislação laboral estão na ordem do dia a partir das empresas e locais de trabalho, bem como pela defesa e valorização dos serviços públicos e por melhores pensões. Todas estas lutas se associam de forma convergente e organizada, criando uma ampla frente social de luta que exige uma nova política para responder aos problemas nacionais.

A evolução recente deu provas do papel decisivo do PCP. Dar mais força ao PCP e intensificar a luta é o caminho para levar mais longe a defesa, reposição e conquista de direitos, romper com a política de direita e concretizar a política alternativa patriótica e de esquerda e um governo que a leve a cabo, pela democracia avançada – os valores de Abril no futuro de Portugal, pelo Socialismo e o Comunismo.

UM PARTIDO MAIS FORTE E INFLUENTE

Breve balanço da actividade

Desde a 9ª AORS, o trabalho de direcção assegurou no essencial o cumprimento das principais tarefas do Partido e as exigências colocadas pela luta contra a política de direita.

O Partido desenvolveu a sua actividade num contexto de enorme complexidade, fazendo frente a uma das maiores ofensivas das últimas décadas contra os trabalhadores e o povo, contidas no Pacto de Agressão das troikas, contribuindo para o processo de reposição e conquista de direitos após as eleições legislativas de 2015.

Os trabalhadores, os reformados, os jovens, as populações e outras camadas sociais antimonopolistas levaram a cabo diversas acções de luta, com o estímulo e a intervenção do Partido.

Neste período, o Partido participou em diversos actos eleitorais: legislativas em 2015, presidenciais em 2016 e autárquicas em 2017. Deu expressão a grandes campanhas políticas de massas, sendo de destacar a grande Marcha Nacional “A Força do Povo”, realizada em Lisboa, em Junho de 2015, e o comício e a marcha regionais pela “Produção e a Soberania”, em Setembro desse ano, em Almada.

O Partido comemorou na região o centenário da Revolução de Outubro, o segundo centenário do nascimento de Karl Marx e o 40º aniversário da Constituição da República. Assinalou os aniversários do Avante! e do Partido - com destaque para a iniciativa 95 anos, 95 bandeiras, nos nove concelhos da região. Realizou a Festa do Avante!, concretizou com êxito a campanha nacional de fundos para a compra da Quinta do Cabo e prosseguiu a acção de reforço do Partido.

Realizou centenas de iniciativas do mais diverso tipo e empenhou-se em diversas acções e campanhas sobre questões locais, de que se destacam as relacionadas com os transportes públicos, a saúde, o novo aeroporto de Lisboa, a reversão da privatização da Amarsul e da fusão da Simarsul. Não obstante as dificuldades com que se defrontou, o Partido esteve à altura das suas responsabilidades perante os trabalhadores e o povo da região.

Caracterização da organização no plano social e etário

Na Organização Regional de Setúbal o número de membros do Partido é de 10.299 (dados de 31 de Dezembro de 2018), menos 1457 do que na 9ª AORS, dos quais: 44,1% são operários, 28,2% são empregados, 1,1% são operários agrícolas, pescadores e agricultores, 11,2% são quadros técnicos e intelectuais, 5,6% são micro, pequenos e médios empresários, 1,8% são estudantes e 8,1% diversos.

Quanto à composição etária: 0,1% dos inscritos têm menos de 21 anos; 2,1% têm entre 21 a 30 anos; 7,1% têm entre 31 e 40 anos; 13,6% têm entre 41 e 50 anos; 21,6% entre 51 e 64 anos e 55,5% têm mais de 64 anos. Existem 6680 homens e 3619 mulheres.

O reforço do Partido

O reforço da organização do Partido, a dinamização da iniciativa política, a intensificação da luta de massas, o desenvolvimento do trabalho político unitário junto de democratas e patriotas e a intervenção determinada nas batalhas políticas eleitorais deste ano, são prioridades da acção do Partido na concretização do seu papel na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo, da região e do país.

A resolução do Comité Central do Partido sobre o reforço do Partido “por um PCP mais forte e influente”, de 21 de Janeiro de 2018, exige de todo o colectivo partidário uma atenta consideração e tomada de medidas. Defrontámo-nos no decurso do ano de 2018 com incompreensões e insuficiências na sua aplicação, mas também com avanços que importa valorizar e generalizar.

O trabalho de reforço do Partido, com as tarefas e medidas indispensáveis para o fortalecimento e construção de organizações, tem de ser concebido em articulação com uma forte ligação às massas e uma intensa actividade política. O trabalho de intensificação e alargamento da luta de massas, que associe os objectivos imediatos, a insistência em levar tão longe quanto possível a defesa, reposição e conquista de direitos, a luta por uma política patriótica e de esquerda, à afirmação do projecto do Partido, à concretização do seu Programa de uma democracia avançada com os valores de Abril no futuro de Portugal.

Recrutamento e integração dos novos militantes

O recrutamento de 518 novos militantes nestes quatro anos, sendo insuficiente para compensar os falecimentos registados, proporcionou o rejuvenescimento e o reforço de muitas organizações. O recrutamento está aquém das possibilidades tendo em conta o enorme prestígio do Partido na região.

Ao recrutamento deve ser dada uma grande prioridade, apelando à adesão ao Partido de muitos democratas e patriotas que têm condições para serem membros do Partido. O recrutamento de novos militantes deve ser um trabalho permanente das organizações do Partido, através de acções e iniciativas específicas, de

levantamento de nomes de trabalhadores nas empresas e locais de trabalho, destacados activistas das Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) e do movimento associativo e popular.

É essencial que deste trabalho de recrutamento resultem novos militantes, com uma efectiva integração e responsabilidades, com o objectivo de fortalecer, renovar e rejuvenescer as organizações do Partido, ou mesmo a criação de novos colectivos onde não existam, nomeadamente células de empresa e local de trabalho. A cada novo camarada recrutado deve corresponder uma tarefa, um organismo e estabelecida a forma do pagamento da quota.

5 mil contactos com trabalhadores

A acção de contacto com 5 mil trabalhadores no activo decidido pelo CC revela-se de grande importância. A meta de 750 nomes a levantar definida para a ORS foi ultrapassada, mas persistem muitas dificuldades de concretização dessas conversas, seja pelo insuficiente número de camaradas envolvidos, seja pela desvalorização da tarefa revelada por quadros e organismos.

No final de 2018 estavam identificados 788 nomes e concretizados 204 contactos, dos quais 58 resultaram em recrutamento para o Partido. A dificuldade que organismos revelam em indicar nomes para ir à conversa tem de ser ultrapassada. As conversas realizadas, os recrutamentos concretizados, as perspectivas de trabalho abertas em novas empresas e locais de trabalho revelam que esta é uma linha de trabalho decisiva que deve ser acelerada, envolvendo desde já o trabalho de alargamento e apoio à CDU.

Muitos dos contactos realizados exigem continuação e ligação regular. Esta não é apenas uma campanha à qual é necessário dar resposta. É uma prática de ligação regular a trabalhadores unitários, de ligação às massas, de permanente levantamento de nomes para recrutar.

Organização e intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho

A organização e intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho são prioritárias para todo o nosso colectivo partidário.

Estão organizados por local de trabalho na ORS 2067 militantes do Partido e existem 75 células e organismos para o trabalho nas empresas e locais de trabalho a funcionar com regularidade.

A necessidade de reforço das células existentes e de criação de novas células deve ser assumida por todos os organismos. O reforço do Partido nas empresas e locais de trabalho, o levantamento de trabalhadores a recrutar e a responsabilizar, de forma a reforçar e criar novas células, é urgente e indispensável para o reforço e o crescimento do Partido, cabendo aos organismos de direcção o trabalho de identificação de possibilidades de avanço e respectivo controlo de execução.

Como elemento central da sua natureza de classe, a célula é a mais importante organização de base do Partido. A acção da célula, o seu papel dirigente da luta organizada, baseado no conhecimento dos problemas dos trabalhadores e das suas reivindicações, em articulação com os seus organismos unitários, é primordial na acção de reforço do Partido.

Para o reforço da organização nas empresas e locais de trabalho é necessária muita persistência e um controlo de execução regular. Assume carácter prioritário a responsabilização de quadros e o seu acompanhamento, a concretização da acção de contacto com 5 mil trabalhadores e a entrega do novo cartão, assim como a continuação da transferência das organizações locais para as organizações por local de trabalho dos membros do Partido com menos de 55 anos.

Importa ainda que se definam planos de trabalho por empresa, conjugando a acção política, institucional, de propaganda e de difusão da imprensa partidária à porta ou dentro das empresas, com a constituição, reforço e funcionamento de células, assegurando designadamente que cada organização faça pelo menos uma vez por ano um balanço às decisões tomadas e aos seus resultados; a realização de pelo menos duas vezes por ano de acções de agitação e propaganda dirigidas especificamente aos trabalhadores; o alargamento de forma significativa das empresas e locais de trabalho onde se edita informação específica.

Assegurar a integração de todos os militantes organizados nas empresas e locais de trabalho na vida partidária a partir das disponibilidades de cada um.

Tendo em conta as características específicas de algumas empresas e sectores, como são os casos das células da Autoeuropa e do Parque Industrial da Autoeuropa, dos ferroviários, da Amarsul e da Simarsul, estas são acompanhadas no plano regional, considerando-se que esta medida corresponde às necessidades.

A coordenadora de empresas e sectores tem desenvolvido um trabalho regular e importante. Foi criada uma comissão para as empresas e sectores prioritários, onde se acompanha o trabalho do Partido nas empresas operárias com mais de mil trabalhadores nos sectores estratégicos. A coordenadora de empresas e sectores continua a realizar anualmente o Torneio Regional de Futsal de trabalhadores de empresas da região, assim como a promover iniciativas de contacto com os trabalhadores das empresas e locais de trabalho e a promover a articulação entre as células e os locais de trabalho com a acção institucional do Partido.

As organizações locais

As organizações por local de residência desempenham um papel relevante na dinamização da actividade do Partido e com a sua iniciativa contribuem para estreitar a ligação às massas.

Segundo o balanço de organização da ORS de 2018, as organizações por local de residência integram 8232 militantes, abrindo grandes possibilidades de intervenção nas várias áreas da actividade partidária, nomeadamente no movimento associativo e popular, no trabalho autárquico, na dinamização de comissões de utentes em defesa dos serviços públicos e nas acções de luta das populações.

Importa tomar medidas para estruturar mais a organização a partir das Comissões de Freguesia. Nomeadamente, criando comissões locais (por bairro ou bairros) e outros organismos (comissões de propaganda, de iniciativas, fundos, do centro de trabalho, células de reformados, organismos de eleitos ou para o movimento associativo e popular), permitindo uma ligação mais regular aos militantes e à vida dessa comunidade, potenciando a responsabilização de mais quadros, dando mais vida ao Partido.

As organizações locais precisam de cuidar permanentemente do seu funcionamento democrático, nomeadamente através da realização regular de Assembleias de Organização e de plenários mensais de militantes, permitindo, desta forma, espaços de discussão regulares aos camaradas que, tendo ou não tarefas, não tenham inserção em nenhum organismo.

As organizações locais do Partido podem ter um importante papel de ligação às novas gerações que não está a ser plenamente aproveitado. Acções como as que se têm realizado em torno de “crianças e pais com direitos” devem ter outro grau de prioridade e envolvimento. No mesmo sentido, a intervenção junto dos trabalhadores desempregados tem um amplo campo de desenvolvimento.

Verifica-se um atraso na concretização da orientação definida relativamente à transferência dos militantes com menos de 55 anos da organização por local de residência para as células de empresa ou local de trabalho. É indispensável a adopção de medidas concretas para o cumprimento desta orientação.

Importa dar continuidade, aprofundar e reforçar as linhas de trabalho dirigidas a cada sector social específico, com destaque para o trabalho com a juventude e a intervenção da JCP; as mulheres; os reformados; os micro, pequenos e médios empresários (MPME); os agricultores; os pescadores; as pessoas com deficiência e os imigrantes.

É muito importante que os eleitos nas Juntas e Assembleias de Freguesia sejam acompanhados pelas Comissões de Freguesia, criando-se os organismos adequados para o seu enquadramento, de forma a permitir um melhor conhecimento dos problemas das populações e uma intervenção mais eficaz.

A organização e os princípios de funcionamento do Partido

A estrutura orgânica e o funcionamento do Partido assentam em princípios que, no desenvolvimento criativo do centralismo democrático, respondendo a novas situações e enriquecidos com a experiência, visam

assegurar simultaneamente, como características básicas, uma profunda democracia interna, uma única orientação geral e uma única direcção central.

Princípios que são objecto, embora de forma limitada, de entorses e violações que importa combater e ultrapassar. Os membros do Partido integram-se nas suas organizações e organismos, onde têm o direito e o dever de colocar as suas opiniões, de contribuir para a discussão, o apuramento e a decisão colectiva. A substituição desta prática pela sobreposição da opinião individual à orientação e à decisão colectiva, pela discussão e apuramento de opinião à margem dos organismos (seja qual for a forma que assumam, quer pessoal quer usando os meios electrónicos), desrespeitando-os e condicionando a sua decisão, potenciando convergências que se sobrepõem à estrutura e ao funcionamento das organizações do Partido, representam um comportamento desagregador, que enfraquece e debilita a vida democrática, a coesão e a força do Partido.

A afirmação prática dos princípios de funcionamento do Partido, aperfeiçoando o estilo de trabalho, valorizando o trabalho colectivo e a contribuição individual, corrigindo imperfeições, combatendo o criticismo e práticas desagregadoras, é da maior importância.

A militância e o novo cartão de membro do Partido

Em 2018 emitiu-se o novo cartão de membro do Partido, fixando como objectivos a elevação da militância e a actualização de dados. Uma medida que teve impacto em todo o colectivo partidário e que, na sua concretização, exigiu das organizações partidárias e respectivos organismos de direcção planificação e organização.

A entrega em mão do cartão a cada um dos membros do Partido é, só por si, uma tarefa importante. Porém, não se tratou apenas de entregar o cartão, mas de aproveitar esse momento para contactar com todos os militantes do Partido, ouvindo sugestões e opiniões e recolhendo disponibilidades e vontades.

Às organizações do Partido ficou desde logo colocada a necessidade de, em cada um destes contactos, fazer sair um militante comunista mais informado, mobilizado e integrado na organização e acção diária do Partido.

Os contactos para entrega do novo cartão serviram também para resolver aspectos relacionados com a quotização e a aquisição da imprensa do Partido.

A entrega do novo cartão é sempre em cada momento uma acção de grande significado, pois permite identificar cada membro do Partido com o grande colectivo partidário, detentor de um património ímpar de acção e luta nas mais variadas condições.

O facto de num ano ter sido possível contactar apenas cerca de metade dos membros do Partido revela insuficiências no contacto regular com cada camarada, mas também mostra muitas possibilidades por aproveitar plenamente.

O Partido conta fundamentalmente com os seus próprios meios e desde logo com os seus militantes no exaltante combate quotidiano que desenvolve para a concretização dos seus objectivos.

O trabalho de direcção, a responsabilização de quadros e a formação política e ideológica

O trabalho da direcção da Organização Regional desde a última Assembleia caracteriza-se por uma forte exigência e persistência dos quadros e organismos do Partido, quer no funcionamento orgânico, quer na actividade e na mobilização para as lutas políticas e sociais que o Partido promoveu e apoiou.

Importa prosseguir o fortalecimento do trabalho de direcção, de meios e capacidades, melhorando o seu aproveitamento, afirmando e reforçando o trabalho colectivo, a responsabilidade individual, a iniciativa, coordenação e disciplina e a responsabilização de quadros, elementos decisivos para o reforço do Partido.

A política de quadros exige de todos os responsáveis e organismos a procura permanente, o conhecimento e a atribuição de responsabilidades, a integração no trabalho colectivo, o controlo de execução, a atenção a eventuais problemas pessoais, a resolução adequada e célere de questões de quadros, o apoio à preparação, formação e desenvolvimento dos quadros face às necessidades do Partido.

Entre os quadros destacam-se os funcionários do Partido, quadros política e ideologicamente firmes, a tempo inteiro e com grande disponibilidade, com papel dinamizador e de direcção, integrados no trabalho colectivo, indispensáveis na organização, na direcção, em toda a actividade do Partido. Insuficiências registadas na organização do Partido nas empresas e locais de trabalho reflectem-se em dificuldades no recrutamento de operários para o quadro de funcionários do Partido.

Para o presente e para o futuro, o desenvolvimento da política de quadros em toda a sua abrangência constitui um dos elementos decisivos para a afirmação e concretização do Programa do Partido. Entre as direcções prioritárias sublinha-se:

- Agir para alargar e aprofundar o compromisso com o trabalho militante, tendo em conta as características e especificidades de cada quadro;
- Responsabilizar mais camaradas por tarefas concretas, para responder à necessária e premente estruturação da organização que alargue e envolva todo o colectivo partidário na concretização das orientações;
- Melhorar o controlo de execução, analisar no plano colectivo e individual o desenvolvimento das tarefas, na perspectiva do acompanhamento, da ajuda e da formação dos quadros e da sua confiança na definição de objectivos para novos avanços.

No plano da formação política e ideológica, importa ter presente a vantagem de haver uma programação em cada ano, antecipadamente divulgada com os temas dos cursos, acções de formação, palestras e debates; estimular a leitura e o estudo dos documentos do Partido, do Avante! e do Militante nas reuniões e no trabalho regular; assentar a formação sobretudo nos documentos fundamentais do Partido – Programa e Estatutos, Resoluções dos Congressos, na obra dos clássicos do marxismo-leninismo e de Álvaro Cunhal, na História do Partido e da Revolução Portuguesa.

Os cursos de quadros na Escola do Partido e as acções de formação nos concelhos constituem uma importante ajuda na formação dos quadros. Entre Março de 2015 e o final de 2018, registou-se a participação de 559 camaradas nos 33 cursos e acções de formação na ORS, além da participação em acções promovidas centralmente na Escola do Partido.

Perante as cada vez mais refinadas formas de exploração, e tendo como objectivo a construção de uma nova sociedade, é indispensável o estudo individual e colectivo que conduza à acção capaz de derrotar a ideologia dominante.

A DORS eleita na 9ª AORS tinha 73 membros e a proposta para a nova Direcção Regional tem 75 camaradas. Neste espaço de tempo saíram cinco camaradas e foi cooptado um camarada.

A DORS a ser eleita na 10.ª AORS deverá na sua composição ter uma maioria de operários e empregados com uma forte componente operária, reflectindo pela composição social, pela inserção nas estruturas dos trabalhadores, das populações e das instituições, o Partido que somos na região.

Procedendo a uma natural renovação de quadros, a DORS deverá na sua composição ter quadros com capacidade, dedicação e disponibilidade, firmeza política e ideológica, com uma forte ligação à vida da região, às empresas e locais de trabalho, funcionários e não funcionários do Partido.

Integrando quadros com experiência no trabalho orgânico, político e de massas, prosseguindo o caminho do rejuvenescimento e do papel destacado da mulher na sociedade e no Partido, a DORS deverá integrar mais operários, jovens e mulheres, fundamentalmente trabalhadores.

A DORS deve manter-se como um organismo amplo que integre na sua composição os vários sectores económicos, sociais e culturais da região.

O funcionamento e a intervenção dos dois organismos executivos da DORS, o Executivo e o Secretariado, com competências próprias atribuídas pelas DORS, revelaram-se adequados às exigências do trabalho partidário.

Funcionaram de forma positiva no plano regional os dois organismos intermédios de direcção decididos pela 9ª AORS: o Secretariado do Sector Sindical e o Secretariado de Autarquias. Pelo importante papel que desempenham, a sua intervenção deve ser reforçada. A sua composição deve ser regularmente adaptada às alterações nas respectivas áreas.

As Comissões Concelhias e os seus respectivos organismos executivos, com realidades, experiências e dinâmicas distintas, são estruturas fundamentais na direcção do trabalho, que têm dado resposta positiva aos principais problemas dos trabalhadores e do povo em cada concelho. O seu reforço e da sua composição social, o seu rejuvenescimento e intervenção de massas deve ser uma preocupação constante no trabalho de direcção.

A realização de Assembleias das Organizações partidárias

As Assembleias de Organização são momentos importantes na vida do Partido. A sua realização é determinante para garantir a nossa democracia interna.

Nas Assembleias de Organização faz-se um balanço da actividade realizada, perspectiva-se a actividade futura, traça-se a orientação, e elege-se o organismo de direcção.

As Assembleias de Organização são momentos muito importantes tendo em conta todo o trabalho preparatório, que conta com o envolvimento de todos os militantes da organização na discussão da situação social e política, da actividade do Partido, fazendo balanços, tomando consciência das dificuldades e das potencialidades da organização.

Nestes quatro anos entre AORS, todas as organizações concelhias realizaram pelo menos uma Assembleia de Organização.

Desde a 9ª AORS realizaram-se 70 Assembleias de Organização: 13 de organizações concelhias; 41 de organizações de freguesia; dez de células de empresa; cinco de comissões locais e uma do Sector Sindical

Agitação, propaganda e difusão da imprensa do Partido

A propaganda e imprensa do Partido têm papel central no quadro de uma grande ofensiva ideológica e de domínio do grande capital sobre os meios de informação e comunicação social.

Ao nível das organizações concelhias temos vindo a melhorar a intervenção do Partido com a edição de comunicados e boletins. Também nas empresas e locais de trabalho assistimos a uma melhoria na elaboração de boletins de célula, saindo com regularidade “O Faísca”, na Autoeuropa, o “Com Fibra”, na Portucel/Navigator, “O Hélice”, na Lisnave, “O Complexo”, no Parque da Autoeuropa, “A Nossa Voz”, na SN Seixal, “O Electrónico”, na Delphi e, mais recentemente, “O Polo Positivo” na Visteon/Hanon e o “Fibra” na Fisipe.

A agitação e propaganda são tarefa de todo o Partido, que é indispensável continuar a melhorar, no conteúdo, na forma e nas suas múltiplas expressões (fixa, escrita, audiovisual e electrónica). Manter os trabalhadores e o povo esclarecidos e informados do projecto e propostas do Partido é essencial para que a partir dos problemas concretos, as organizações do Partido apontem reivindicações que conduzam à luta organizada.

É necessário reforçar as estruturas de propaganda ao nível da Organização Regional, em estreita ligação com as organizações concelhias, de forma a responsabilizar e formar quadros que tenham as condições e meios para elaborar documentos, vídeos, sons de rua e outros meios de agitação. A recentemente criada SIP / Sector de Informação e Propaganda da ORS foi já um passo importante nesse sentido, existindo ainda bastante trabalho a melhorar tanto em meios técnicos, como na formação de quadros.

É igualmente importante melhorar, aos diversos níveis, o trabalho junto da comunicação social, de forma cuidada, dirigida e persistente, promovendo as nossas posições e iniciativas, enfrentando as dificuldades e sem prescindir da denúncia do conteúdo de classe dos órgãos de comunicação social dominante.

As comunicações electrónicas são cada vez mais um importante meio a que temos de continuar a dar atenção, sendo necessário organizar, reforçar estruturas, formar quadros, melhorar a estratégia de difusão e a articulação central, regional e local, com a intervenção nas redes sociais digitais, para melhorar a coerência de conteúdos na divulgação da acção e orientação do Partido. Foram criadas neste período diversas *newsletters* para envio regular de posições do Partido.

No que respeita à imprensa do Partido, o Avante! e o Militante desempenham um importante papel na batalha ideológica, sendo por isso necessário continuar a promover a sua divulgação e venda, realizar bancas, na rua e nas empresas, aumentar a rede de difusores e envolver mais militantes e amigos do Partido na sua dinamização, promovendo vendas especiais e regulares.

Reforçar a agitação e propaganda do Partido é responder e contrariar o quadro de limitações à liberdade de expressão, violadoras dos direitos constitucionais, que deve ser combatido pelo exercício do direito de propaganda, com recurso a todos os meios disponíveis.

A Festa do Avante!

A Festa do Avante! reafirma-se cada vez mais como a maior e mais importante realização político-cultural de massas do nosso País, revelando cada vez mais a sua enorme dimensão nacional e internacional.

A concepção, construção e realização da Festa do Avante! e a sua crescente afirmação são inseparáveis do facto da mesma ser concebida, construída e organizada pelo PCP, pelos seus militantes e amigos.

A ORS manteve nestes quatro anos um papel importante na Festa, assumindo responsabilidades e assegurando diversas tarefas, desde a divulgação e venda da EP, à construção e ao funcionamento. Tarefas que são desenvolvidas não só através do contributo de militantes, mas também na mobilização de muitos amigos das diversas áreas e saberes.

Na ORS, importantes dimensões da Festa como a política, a cultura, o desporto, a gastronomia, a solidariedade e a amizade, têm ao longo dos anos constituído um valioso contributo para um espaço de liberdade, camaradagem, convívio e alegria, onde têm estado patentes as lutas desencadeadas pelos trabalhadores e pelo povo, contra a ofensiva praticada pela política de direita, bem como a proposta e perspectiva do Partido para o desenvolvimento regional. A presença da cultura da região esteve patente com a participação de artistas plásticos nas Bienais de artes plásticas, de vários grupos musicais, de teatro, folclóricos e etnográficos nos palcos da Festa.

Com confiança no colectivo partidário, nos visitantes e amigos da Festa, nos trabalhadores, na juventude, no povo português, certos de que é possível ultrapassar dificuldades e vencer obstáculos, as organizações do Partido aos mais diversos níveis devem tomar as medidas de direcção e de quadros adequadas ao cumprimento deste objectivo.

Afirmar a Festa é envolver mais simpatizantes e amigos, é combater os preconceitos, as campanhas contra o Partido, é afirmar os valores, as propostas e o projecto do PCP.

Os meios próprios e a independência financeira

A 9.ª AORS traçou o objectivo de garantir o equilíbrio financeiro em todas as organizações concelhias e na caixa regional. Esse objectivo não foi atingido, mantendo-se uma situação em que as receitas não são suficientes para cobrir as despesas. Não obstante as medidas tomadas para conter e reduzir despesas, nomeadamente despesas de funcionamento, o baixo número de camaradas a pagar quotas de forma regular e a insuficiente recolha de contribuições impedem as organizações de atingir o equilíbrio financeiro, aumentando a sua dívida para com a caixa regional, e desta para com a caixa central.

Na estrutura de receita mantém-se como principal a verba proveniente das quotizações e contribuições de militantes. No entanto, é premente a concretização das orientações e medidas traçadas pelo Partido, neste âmbito.

A análise aos dados dos balanços da organização desde a 9.ª AORS revela que, em média, pagaram pelo menos uma quota no ano 4.303 camaradas, sendo o valor médio das quotas pagas 3.25 euros. O aumento do valor mensal da quota é um dos objectivos do contacto com os militantes, bem como o seu crescimento para a referência de 1% do rendimento mensal. Todavia, esta medida ficou aquém do objectivo, revelando-se inibições na conversa sobre este assunto e um défice de consciência do significado da quota para o Partido.

As campanhas de fundos continuam a revelar as potencialidades de recolha de contribuições para o reforço da capacidade financeira do Partido. O balanço da Campanha Nacional de Fundos “Mais espaço, mais Festa, futuro com Abril”, efectuado em Maio de 2016, foi positivo, reconhecendo-se que, com mais audácia e alargando para além do núcleo activo do Partido, teria sido possível ir muito mais longe nos valores recolhidos. Ainda assim, a Organização Regional cumpriu o seu compromisso para com o Partido e concretizou mais de 1700 abordagens financeiras. A campanha “Um dia de salário para o Partido” continua a ter uma grande importância. A ofensiva ideológica em torno da Lei do Financiamento dos Partidos, reacendida em Dezembro de 2017 pelas alterações introduzidas, voltou a revelar as exigências da tarefa de esclarecimento dos nossos militantes sobre esta lei profundamente antidemocrática que continua a criar constrangimentos à angariação de receita própria, e o papel fundamental do reforço da capacidade e independência financeira do Partido.

No que respeita à verba proveniente dos eleitos nas autarquias, mantém-se a caracterização do cumprimento generalizado do princípio estatutário de não se ser prejudicado nem beneficiado materialmente. O peso relativo deste tipo de receita na Organização Regional obriga à consciência permanente da orientação do Partido de que, sendo de dimensão conjuntural, não deve depender dela a capacidade financeira para as despesas correntes da actividade do Partido.

As organizações continuam a revelar uma grande capacidade de realização de iniciativas de angariação de fundos, cujo resultado constitui um importante reforço da capacidade financeira e valioso contributo da ligação do Partido às massas. De destacar a participação nas festas populares, as iniciativas de aniversário do Partido e a realização de excursões.

Mantêm-se em funcionamento nove locais de convívio assegurados pelas organizações, sendo a sua dinamização um importante contributo para a actividade do Partido.

No que respeita a despesas, apesar de medidas de contenção tomadas, continua a preocupar o peso crescente das despesas com arrendamento de centros de trabalho, bem como o aumento dos preços dos transportes e combustíveis, entre outros.

É princípio do Partido que o património não é um fim em si mesmo, nem pode constituir encargo que limite a acção política. Os objectivos decididos na 9ª AORS neste âmbito ficam aquém das necessidades, nomeadamente no que respeita à rentabilização e ao equilíbrio entre a resposta às necessidades e a capacidade financeira das organizações.

O património do Partido, onde se inserem os centros de trabalho, é um importante meio para apoiar a actividade e intervenção do Partido. Na região, o Partido conta com um valioso conjunto de centros de trabalho que foi construindo ao longo de anos para servir e apoiar o funcionamento e a intervenção das respectivas organizações. Património este que é para servir as organizações e não para esgotar os seus meios. A avaliação do estado de cada um dos centros de trabalho, nomeadamente do centro de trabalho onde funciona a DORS, das condições que oferecem para o trabalho das respectivas organizações, deve estar sempre presentes. A rentabilização do património para colmatar os necessários gastos de manutenção deve ser preocupação permanente de todos os organismos do Partido.

São objectivos a prosseguir o equilíbrio financeiro, sobretudo através do aumento da receita, a adequada gestão dos meios disponíveis, uma cuidada avaliação das despesas com a sua eventual redução em aspectos que não coloquem em causa a presença e intervenção política do Partido.

No concreto importa:

- Aumentar o valor das quotas e do número de camaradas com as quotas em dia;
- Ampliar a estrutura de camaradas com a responsabilidade de cobrança de quotas na base de um para cada vinte membros do Partido, e alargar o pagamento por débito directo ou multibanco;
- Prosseguir a discussão para o aumento do valor das quotas tendo por base a referência de 1% do salário ou rendimento mensal;
- Garantir as contribuições dos eleitos e outros representantes do Partido em cargos públicos, assegurando o princípio de não serem beneficiados nem prejudicados, apurando os montantes, fazendo a discussão e o acompanhamento regular;
- Promover a recolha de contribuições de militantes, simpatizantes e outros amigos do Partido, tanto as de carácter regular como em torno de objectivos concretos ou necessidades gerais; definir listagens alargadas de contactos e avaliar quem está em melhores condições de os realizar;

- Concretizar as medidas já estudadas no âmbito das orientações do Partido no que respeita a património e centros de trabalho;
- Ter presente a importância de outras receitas que, além do valor político em si, podem representar também importantes valores financeiros, nomeadamente a contribuição das verbas pela participação nas mesas de voto, da venda do Avante!, de O Militante e outras edições, de iniciativas políticas, de convívio, de animação, de dinamização da vida dos Centros de Trabalho;
- Alargar, criar e dinamizar o funcionamento de estruturas para o acompanhamento das questões financeiras e alargar a responsabilização de quadros para várias tarefas de fundos, assegurando a sua valorização;
 - Elaborar orçamentos, em cada organização, com a previsão de despesas e objectivos de receitas e garantir o acompanhamento da situação financeira.

A PENÍNSULA DE SETÚBAL

Caracterização económica e social da Península de Setúbal

A população residente na Península de Setúbal, de acordo com as estimativas demográficas do INE para 2017, é de 782.886 habitantes (7.6% da população do país e 27,6% da AML), assim distribuídos por concelho: 169.152 (Almada), 165.971 (Seixal), 116.330 (Setúbal), 75.715 (Barreiro), 64.616 (Moita), 64.230 (Palmela), 56.305 (Montijo), 51.282 (Sesimbra) e 19.285 (Alcochete). A Península de Setúbal não acompanha a diminuição de população do resto do país, tendo crescido em cerca de 7 mil habitantes desde 2011. No entanto, Almada, Barreiro, Moita e Setúbal perderam população.

Dos 782.886 habitantes, 392.466 são mulheres. Por grupos etários, distribuem-se do seguinte modo: 204.217 têm menos de 25 anos, 416.612 têm entre 25 e 64 anos e 162.057 têm mais de 65 anos. Em termos globais, o número de idosos comparativamente à população corresponde a cerca de 20%, inferior em cerca de um ponto percentual em relação à média do país.

Com a entrada em vigor da Lei 75/2013, a Península de Setúbal passou a integrar a NUT3 da Área Metropolitana de Lisboa (AML), o que conduziu ao fim da visibilidade estatística da Península de Setúbal, o que dificulta a recolha e percepção dos dados caracterizadores da região, situação que urge repor.

Das 71.827 empresas existentes na Península de Setúbal, 70.038 são micro empresas, 1.643 são pequenas empresas, 211 são médias empresas e 35 são grandes empresas. Por sectores de actividade, pesam e distribuem-se do seguinte modo: 3,8% são do sector primário e geraram 1,5% da riqueza produzida (53 milhões de euros), 9,7% são do sector secundário e geraram 43,1% da riqueza produzida (1.517 milhões de euros), sobretudo devido ao peso da indústria transformadora, 86,5% destas são do sector terciário, tendo gerado 55,4% da riqueza produzida, ou seja, 1.952 milhões de euros.

Um outro elemento significativo que se retira, é que, apesar da profunda destruição do aparelho produtivo ocorrida no nosso país como resultado de mais de quatro décadas de política de direita desenvolvida por sucessivos governos do PS, PSD e CDS, na Península de Setúbal o sector secundário ainda mantém um peso muito significativo, quer do ponto de vista económico, quer do emprego. Na região existem algumas das maiores e mais importantes concentrações operárias do país como sejam a Autoeuropa e o seu Parque Industrial, a Lisnave, as empresas do grupo Navigator, a Visteon/Hanon, a Delphi, o Arsenal do Alfeite e a SN-Seixal.

A precariedade, que atinge 33,3% dos trabalhadores em Portugal, é um dos maiores problemas com que estes se confrontam. Na Península de Setúbal é de 37,7% de vínculos laborais, superior à média nacional. O desemprego atingia em Julho de 2018 32.561 trabalhadores, 8,55%.

As desigualdades de rendimentos são chocantes em Portugal e na Península de Setúbal, mas elas são ainda mais sentidas pelas mulheres, que em todos os concelhos da Península de Setúbal ganham, em média, sempre menos que os homens.

Na população da Península de Setúbal com 15 e mais anos, 65,5% possui a escolaridade básica (69,5% no país), 20,2% o ensino secundário (16,7% no país) e 14,3% o ensino superior (13,8% no país). A população estudantil da Península de Setúbal é significativa, formada por cerca de 145 mil crianças e jovens. Frequentam o ensino secundário cerca de 29 mil estudantes, no ensino básico estão matriculados cerca de 82 mil alunos, e no ensino pré-escolar cerca de 20 mil crianças. No Instituto Politécnico de Setúbal estudam cerca de

seis mil estudantes e na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa cerca de oito mil. O desinvestimento na educação reflecte-se na enorme carência de profissionais nas escolas, levando à sobrecarga dos trabalhadores em exercício de funções, ao encerramento de espaços nas escolas, não permitindo o adequado acompanhamento dos estudantes. Reflecte-se ainda na degradação do parque escolar, na existência de escolas com coberturas em amianto ou na falta de pavilhões gimnodesportivos, o que cria constrangimentos no processo ensino/aprendizagem.

Na Península de Setúbal as consequências do ataque ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) fazem-se sentir de forma acentuada, como demonstra claramente a existência de 140 mil utentes sem médico de família. Ao nível hospitalar, não só se agravaram as insuficiências em meios humanos e técnicos nos hospitais da região, como ainda lhes foram retiradas valências indispensáveis à prestação de cuidados de saúde à população, obrigando à deslocação de utentes para hospitais de outras regiões, situação que assume maior gravidade em situações de urgência. Ao mesmo tempo que se verifica a degradação e falta de investimento nos equipamentos de saúde existentes, que não avançou o processo de construção e entrada em funcionamento do novo hospital público no Seixal, que não se promove a valorização do Hospital do Montijo e se arrasta o início da construção de novos e tão necessários centros de saúde, multiplicam-se as respostas privadas, absorvendo os recursos humanos e financeiros tão necessários à superação das dificuldades criadas ao SNS.

A cultura tem sido vítima de uma ofensiva ideológica por parte da política de direita, que viu nesta actividade uma área de negócio. Neste processo, em constante aceleração, assiste-se à desvalorização sistemática da cultura e à tentativa de destruição do imenso potencial transformador, inovador e criador, fruto da Revolução de Abril.

Assiste-se também à crescente desresponsabilização do Estado das suas funções culturais e conseqüente redução de meios de apoio, remetendo para o poder local o apoio às estruturas e agentes culturais, sem a correspondente afectação de recursos. Desresponsabilização do Estado que se reflecte também na transferência de competências em curso na área do património cultural, que coloca em causa o todo nacional.

Na Península de Setúbal, fruto da acção do poder local democrático, mais próximo das populações e dos trabalhadores, tem sido realizado um trabalho de recepção, intermediação e produção culturais, no respeito pelos direitos culturais da população, no respeito pela pluralidade de opções estéticas, e na valorização dos agentes culturais e trabalhadores da cultura.

A habitação continua a ser um dos problemas sociais com que se confrontam as populações da Península de Setúbal. Um problema que tem as suas causas na política de direita que foi desenvolvida ao longo de décadas por PS, PSD e CDS, em confronto com o preceito constitucional de todos terem direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Uma responsabilidade que cabe ao Estado assumir e que pela acção do PS, PSD e CDS primou por uma insuficiente oferta pública de habitação, e um contínuo crescimento dos preços de habitação de arrendamento, e do valor nominal dos fogos para aquisição. Nos últimos anos com as alterações à lei do arrendamento urbano por parte do anterior governo PSD/CDS e a reboque do crescimento do turismo, houve um enorme aumento dos seus valores em ambos os segmentos.

Os trabalhadores e as suas organizações de classe

Movimento Sindical Unitário

O Movimento Sindical Unitário (MSU) e os sindicatos da CGTP-IN, com a sua natureza de classe e princípios, são uma força indispensável e insubstituível para a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores, do regime democrático e da afirmação dos valores de Abril.

Neste quadro, os militantes do Partido que intervêm nas estruturas sindicais devem empenhar-se na defesa da unidade dos trabalhadores e do carácter unitário, de classe e de massas do MSU. Com a sua acção, devem contribuir para a participação e envolvimento dos trabalhadores, para a elevação da consciência social e política, para o funcionamento colectivo como método de trabalho, dando resposta a manobras divisionistas, linha de ataque ao MSU e á unidade dos trabalhadores.

A intervenção organizada do MSU foi decisiva para a mobilização de milhares de trabalhadores da Administração Pública e do sector privado da região para as greves e manifestações realizadas durante os últimos quatro anos.

Cresce o número de trabalhadores que se manifestam pelo aumento dos salários, pela manutenção dos seus direitos e no combate aos vínculos precários, como tem ficado evidente nas acções de luta regionais e nacionais realizadas. O MSU tem encontrado soluções para se renovar e rejuvenescer, de forma a melhorar a intervenção nos locais de trabalho, tarefa que ao longo dos últimos quatro anos tem ganho destaque, nomeadamente com a realização do X Congresso da União de Sindicatos (USS) de Setúbal/CGTP-IN, em Setembro de 2016, e nas eleições das estruturas sindicais e dos representantes para a Segurança e Saúde no Trabalho.

Foi com a luta persistente e organizada dos trabalhadores, na qual o contributo dos comunistas no MSU foi determinante, que se continuou a dar força para que se concretizassem importantes avanços, com a reposição de parte dos direitos e rendimentos roubados aos trabalhadores e ao povo.

Foi através da luta que foi possível o aumento do Salário Mínimo Nacional (ainda que de forma insuficiente), a reposição dos quatro feriados roubados, das 35 horas semanais na Administração Pública, o descongelamento das carreiras e as progressões, o fim da sobretaxa do IRS. Luta que terá de continuar, pelo reconhecimento integral dos anos trabalhados, pelo aumento real dos salários, contra as normas gravosas do código de trabalho, pelo fim da caducidade na contratação colectiva e pela reposição do princípio do tratamento mais favorável.

Têm sido estes os objectivos de luta das jornadas convergentes que constituíram as comemorações do 1º de Maio, ou as manifestações nacionais de 3 de Junho e 18 de Novembro de 2017 e 15 de Novembro de 2018.

A luta também passou pela defesa da escola pública e dos serviços públicos, teve expressão nas greves dos enfermeiros, auxiliares e técnicos de saúde, professores, auxiliares de acção educativa e dos mais diversos sectores da Administração Pública, tendo sempre à cabeça o aumento de salários, a progressão nas carreiras e a contagem efectiva do tempo de serviço.

O papel dos comunistas no MSU e nos ORT em geral, resulta no natural reconhecimento pelos trabalhadores de que os comunistas agem na defesa firme e coerente dos seus interesses e direitos de classe, um património de confiança que importa preservar e ampliar.

Assume também papel de destaque na intervenção dos comunistas no MSU o reforço das frentes de trabalho específicas:

- A Inter-Jovem, no combate à precariedade dos vínculos laborais e pelos direitos dos jovens trabalhadores;
- A Inter-Reformados, a partir da USS e do trabalho dos sindicatos, na luta por reivindicações específicas, nomeadamente na luta por melhores pensões e reformas, melhor qualidade de vida, pelo direito à mobilidade e acesso ao SNS;
- A Comissão de Igualdade entre Mulheres e Homens, na promoção da igualdade de oportunidades e acesso à carreira, em defesa de direitos específicos.

É tarefa fundamental do Partido incentivar a sindicalização dos seus militantes, a formação e a participação regular no funcionamento dos ORT na empresa e local de trabalho, a participação e intervenção em reuniões de trabalhadores, potenciando o MSU e o seu contributo para a luta de massas e uma maior intervenção dos seus sindicatos de classe.

É fundamental a criação e funcionamento regular dos organismos de membros do Partido que intervêm nas estruturas sindicais.

O movimento das Comissões de Trabalhadores

As Comissões e sub-Comissões de Trabalhadores continuam a desempenhar na região um importante papel na defesa dos interesses de classe dos trabalhadores, na luta contra a política de direita e a ofensiva do grande capital, na defesa dos postos de trabalho e do trabalho com direitos.

Esta estrutura dos trabalhadores, consagrada constitucionalmente, com as suas características unitárias e democráticas, demonstra a capacidade organizativa dos trabalhadores na região e é um importante contributo para a sua unidade e envolvimento, em cada empresa e local de trabalho, em articulação com o MSU, na luta reivindicativa, pela melhoria das condições de trabalho, pelo aumento dos salários e na defesa e conquista de direitos, contra a precarização das relações laborais e a desregulação dos horários.

Não iludindo dificuldades de funcionamento em algumas CT, a Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Setúbal (CIS), continua a desenvolver um trabalho importante no estímulo à luta de massas e ao trabalho de coordenação das CT e sub-CT.

Apesar da ofensiva do patronato, tendo por objectivo o enfraquecimento das estruturas representativas dos trabalhadores e o condicionamento da sua acção, verifica-se um aumento do número destes organismos desde a última AORS, existindo hoje na região 40 CT e cinco Subcomissões, com forte influência na vida das empresas, nomeadamente nas de maior dimensão e com maior número de trabalhadores.

Não ignorando dificuldades e limitações, os trabalhadores comunistas nas empresas continuam envolvidos e comprometidos na dinamização destas estruturas unitárias e são eleitos em várias delas, devendo orientar a sua acção com base nas seguintes linhas de trabalho:

- A defesa das características unitárias do movimento das CT, sub-CT e o aprofundamento da cooperação com o MSU;
- O exercício do direito de participação, intervenção efectiva no controlo de gestão e a dinamização de eleições de novas CT e sub-CT;
- O reforço da intervenção da CIS junto das CT e sub-CT, de forma a incentivar a sua intervenção nos locais de trabalho, junto da classe operária e de todos os trabalhadores e melhorar a informação e o trabalho de esclarecimento;

Os comunistas devem assumir um papel activo na defesa das características unitárias do Movimento das CT, tanto na sua composição como na sua acção em coordenação com o MSU nas acções reivindicativas e de massas.

Representantes de Saúde e Segurança no Trabalho

Os representantes de Saúde e Segurança no Trabalho, que existem em 32 empresas, têm tido um contributo cada vez mais activo e determinante na defesa dos direitos dos trabalhadores, na promoção da segurança e saúde, exigindo e lutando para que o patronato assuma as suas obrigações e responsabilidades para com os trabalhadores e a promoção do seu bem-estar.

Utilizado numa perspectiva de classe, este é também um importante meio de organização dos trabalhadores, que tem muitas vezes contrariado a falta de investimento patronal nesta matéria, que é um direito fundamental dos trabalhadores, da sua protecção individual e colectiva e da promoção da sua saúde, que requer também uma intervenção activa e determinada por parte dos militantes do Partido nas empresas e locais de trabalho, inserida e articulada na acção do MSU.

Outras organizações do movimento associativo e popular

Movimento dos pequenos e médios agricultores

A Política Agrícola Comum (PAC) imposta pela União Europeia (UE), feita à medida dos interesses dos países mais ricos, com o apoio e conivência da política de direita, incluindo da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), e destinada a engrossar os lucros da indústria agro-alimentar, assim como, a descida dos preços pagos à produção e a subida dos factores de produção, fez desaparecer centenas de explorações, reduzindo desta forma a pequena e média agricultura e a agricultura familiar, substituindo-as pela produção intensiva.

A comercialização da produção agrícola tem estado sujeita à especulação das grandes cadeias de distribuição alimentar, ao criminoso *dumping* que é praticado e à utilização da alimentação como arma de arremesso político contra os povos, para servir o interesse dos grandes grupos económicos. O PCP tem-se batido pela valorização da agricultura familiar, cujo estatuto foi recentemente aprovado na Assembleia da República, aguardando-se a sua efectivação por parte do Governo.

No plano do Partido, a Comissão Regional de Agricultura, independentemente das suas dificuldades, tem acompanhado os problemas do sector, procurando, sempre que necessário, encaminhar para acções reivindicativas e de luta, tais como as desenvolvidas no quadro da campanha da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) junto dos consumidores, concretizadas á entrada de três grandes superfícies da Península e em terminais de transporte, para denunciar as diferenças dos preços nestas centrais de consumo com os valores que os produtores recebem pela produção de bens de primeira necessidade alimentar.

Ao nível unitário, importantes acções foram desenvolvidas na região dinamizadas pela Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal, de que se destacam:

- A luta pela repavimentação da Estrada Nacional n.º 4, entretanto já realizada, em consequência da luta desenvolvida;
- A solidariedade para com os trabalhadores agrícolas da Herdade de Rio Frio, pela manutenção das habitações e postos de trabalho;
- A tomada de posição em defesa dos pequenos produtores de uva, lesados pela queima provocada pelo calor excessivo em Agosto de 2018;
- A participação nas grandes manifestações nacionais promovidas pela CNA e no seu Congresso, realizado em Fevereiro de 2018, em Coimbra;
- O PCP continuará a defender que as freguesias de Marateca, Poceirão, Canha, Pegões e Santo Isidro de Pegões sejam reclassificadas como zonas rurais e desfavorecidas no plano nacional e da UE, factor que lhes permitirá o acesso ao apoio complementar às medidas de investimento;

Com todas as potencialidades que a Península de Setúbal tem para aumentar a produção regional e nacional é necessário o aumento da influência do Partido junto dos pequenos e médios agricultores, encontrando mais quadros que possam convergir na luta desigual, mas determinante, que não os desmotiva, nem desarma e que conjuntamente com a CNA levará à valorização da agricultura familiar na Península de Setúbal e em Portugal.

O movimento cooperativo

Tal como a 9ª AORS previu, agravou-se de forma considerável a situação do movimento cooperativo na região, em particular nos sectores de consumo, habitação e agrícola, devido às dificuldades em aceder ao crédito, a fundos comunitários e ao auxílio técnico.

Uma das consequências resultante das políticas governamentais para esta área mais sentida na região foi a extinção da Pluricoop e da CoopLisboa, que levou ao encerramento das lojas e à destruição de centenas de postos de trabalho.

As cooperativas de consumo, habitação, produção, pescas, ensino, cultura e apoio social vivem uma situação preocupante que, a não se inverter, pode conduzir ao seu desaparecimento.

O movimento dos pescadores

A pequena pesca costeira, embora com grandes dificuldades, continua a subsistir na Península de Setúbal, localizando-se na região importantes comunidades piscatórias, designadamente no estuário do Tejo, na costa atlântica de Almada, em Setúbal e em Sesimbra, situando-se neste último concelho um dos portos com maior movimento de pescado do país.

A política comum de pesca imposta pela União Europeia, juntamente com uma política interna desajustada da realidade, das necessidades e problemas do sector, de que exemplo mais recente a interdição da pesca

da sardinha por períodos superiores a 7 meses em cada ano, tem levado ao definhamento da pesca e da pequena pesca em particular.

Portugal que tem a maior Zona Económica Exclusiva da Europa e se mantém como um dos maiores consumidores de pescado por habitante, tem hoje menos de 14 mil pescadores e menos de 8 mil embarcações, a maioria com menos de 12 metros, capturando cerca de 140 mil toneladas anuais de pescado, o que corresponderá a apenas 25% do consumo, quando na altura de adesão à então CEE a produção nacional correspondia a cerca de 70% do consumo.

Na Península de Setúbal existem enormes potencialidades de avanço no sector das pescas, para cujo integral aproveitamento são necessários investimentos por parte do Estado Português e de apoios ao nível Europeu.

É urgente mais investimento nos portos de Sesimbra e Setúbal e a construção na Trafaria de um porto de pesca com lota e todas as valências associadas, assim como a requalificação das actuais lotas da Trafaria, Setúbal e Fonte da Telha.

É necessária a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, envolvendo os pescadores, suas associações representativas e Autarquias Locais, cumprindo as resoluções apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, algumas aprovadas por unanimidade, que até agora têm sido ignoradas pelos sucessivos Governos.

Relativamente aos mariscadores do estuário do Tejo existem mais de mil apanhadores de amêijoa, sendo que apenas cerca de 180 têm licença. A instalação de uma depuradora no Barreiro, sendo necessária, não resolve só por si os graves problemas existentes de falta de regulamentação da actividade e de estudos adequados, que possam garantir uma clara reclassificação do estuário. É urgente encontrar soluções para melhorar a actividade de captura e comercialização de bivalves, nomeadamente da amêijoa japonesa, pôr fim a especulação e perseguição, aos problemas ambientais do rio e aos atentados à saúde pública, procurando as respostas que permitam assegurar o sustento de muitas famílias que dependem desta actividade.

São ainda urgentes no plano local e nacional outras medidas que melhorem as condições dos pescadores e as condições em que se exerce a actividade da pesca, nomeadamente:

- A melhoria das condições de obtenção de documentos e licenças, eliminando aspectos burocráticos, por vezes exagerados, assim como melhorar a prática de fiscalização que muitas vezes não é a mais adequada e uniforme.
- A valorização do preço do pescado, garantindo o preço mínimo na primeira venda em lota, dando combate à especulação que penaliza o pescador e o consumidor final.
- A consolidação do apoio permanente ao preço da gasolina para a pesca, já conseguido para 2018 e 2019 por acção do PCP.
- A melhoria de todas as infraestruturas e entidades ligadas à pesca como a Docapesca e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

O PCP tem intervindo de forma regular no sector da pesca na região, nomeadamente através das posições institucionais nas Autarquias Locais, Assembleia da República e Parlamento Europeu. É necessário reactivar a Comissão Regional das Pescas, as células de pescadores e as estruturas sindicais unitárias da Região.

O movimento dos micro, pequenos e médios empresários

O tecido empresarial da região é constituído por um número muito considerável de micro, pequenas e médias empresas - MPME, qualquer que seja o sector económico considerado.

Da totalidade das empresas da região, 96,5% são microempresas, 2,7% são pequenas empresas, 0,30% são médias empresas, e as grandes empresas representam cerca de 0,2%.

As MPME, dadas as suas características sociais, têm grande importância para a economia e desenvolvimento da região.

Os sucessivos governos, impelidos por estratégias contrárias aos verdadeiros interesses nacionais, não têm proporcionado as soluções económicas, fiscais, políticas e sociais mais adaptadas a estas empresas e seus empresários. Esta postura continuada e constante tem levado ao aniquilamento, à absorção e destruição de variados sectores e ramos de actividade, particularmente do sector produtivo, que têm sido objecto essencial das estratégias do PS, PSD e CDS-PP.

Temos vindo a assistir a uma maior concentração do capital feita à custa das micro e pequenas empresas, tendo muitas delas sido arrastadas para o encerramento. As que hoje têm de manter relações com as grandes empresas são forçadas a fazê-lo em condições de grande desigualdade. Trata-se de uma conclusão de grande significado político, porque implica que as alianças apropriadas para os MPME não sejam com quem politicamente representa o grande capital, com quem os explora.

A importância das MPME é, desde há muito, clara para o PCP, que ontem como hoje continua a propor soluções para o seu fortalecimento. No quadro da nova fase da vida política nacional, com a insistência e proposta do PCP, os MPME conseguiram nos últimos três anos, nomeadamente:

- A extinção do tão injusto e contestado regime do pagamento especial por conta (PEC);
- A redução da taxa do IVA da restauração para 13%;
- A redução da taxa do IRC de 17 para 12,5% até aos primeiros 15 mil euros de receita colectável;
- A alteração, ainda insuficiente, no que diz respeito ao serviço de normalização contabilística (auditorias obrigatórias).

Apesar dos avanços alcançados, o PCP não desiste e continua a bater-se para corresponder aos anseios dos MPME, apresentando propostas, como a alteração ao chamado IVA de caixa, ou seja a entrega deste, de facto, só após a boa cobrança, entre outras.

A nível do Partido, são linhas de trabalho a prosseguir o funcionamento regular da Comissão Regional, as tomadas de posição sobre os problemas que afectam os MPME, o acompanhamento das associações e a mobilização para a participação na luta pela defesa dos seus interesses.

Para reforçar mais o Partido nesta frente, urge criar ou reactivar os organismos concelhios, procurando dotá-los de regularidade de funcionamento.

É necessária a intervenção dos militantes comunistas, o seu envolvimento na vida das associações, de forma a reforçar o movimento deste importante sector.

A juventude, o movimento juvenil e a JCP

No plano dos estudantes, a realidade é marcada por uma necessidade urgente de investimento e requalificação de diversas escolas, nomeadamente: a remoção de estruturas de amianto, a existência de climatização, obras de requalificação e construção de pavilhões gimnodesportivos e condições materiais em geral. Há uma série de outros problemas nas escolas, de que são exemplo a privatização de serviços como bares e cantinas; o número insuficiente de trabalhadores, principalmente de auxiliares de acção educativa; o aumento de taxas e emolumentos, como o pagamento de documentos e folhas de teste. Também é visível desde a última AORS um crescente investimento nas vias profissionalizantes do ensino, abrindo cada vez mais cursos profissionais desadequados da realidade do mercado de trabalho, com o claro objectivo de empurrar os filhos dos trabalhadores para serem mão-de-obra barata e facilmente explorada.

No ensino profissional é de destacar a necessidade de dignificar e valorizar este sector de ensino e os estudantes. Uma realidade vincada pela sobrecarga horária, fruto de um sistema pedagógico composto por módulos e um regime de faltas injusto, pelos atrasos dos pagamentos dos subsídios de transporte e de alimentação e pela necessidade de assegurar todas as condições para a realização dos estágios.

A degradação da Escola Pública e a sua elitização também é visível de forma muito expressiva no ensino superior na região: a existência de propinas, um regime injusto de atribuição de bolsas e a insuficiência dos seus valores, um fraco investimento na Acção Social Escolar indirecta que se reflecte nas cantinas escolares do IPS e da FCT, a falta de residências, a degradação e a falta de material, como acontece quer no IPS quer na FCT, bem expresso no facto da Escola Superior de Saúde continuar sem edifício próprio.

Nestes últimos quatro anos centenas de estudantes lutaram na rua e nas escolas pela escola pública a que têm direito, uma luta que tem sempre contado com o papel insubstituível da JCP na sua dinamização e reforço.

Desde a última AORS é de valorizar o papel crescente da luta dos jovens trabalhadores nas empresas, locais de trabalho e nas ruas, de que são exemplo as manifestações do 28 de Março. É de salientar o contributo dos jovens trabalhadores para aumentar a sindicalização.

Em várias dimensões da vida da juventude continuam e multiplicam-se ataques à liberdade e direitos democráticos, com a repressão ilegal sobre o exercício de direitos políticos de liberdade de expressão, reunião, associação, manifestação, sindical ou de propaganda. São exemplares os casos que se multiplicam de tentativa de impedimento ou identificação de jovens que exercem o seu direito de propaganda, seja na pintura de murais, colagens de cartazes ou distribuição de propaganda em escolas ou locais de trabalho, locais de concentração juvenil ou nas ruas. Em diversas escolas permanece a política de ataque aos direitos dos estudantes, impedindo os seus processos eleitorais e obstaculizando a realização de Reuniões Gerais de Alunos. Em várias empresas muitos são os jovens que são perseguidos e ameaçados por parte do patronato, atacando o seu direito à sindicalização, à realização de plenários, à entrada dos sindicatos nas empresas e no seu direito à greve.

Os cortes levados a cabo pelos sucessivos governos, a extinção do Instituto Português da Juventude, aliados à Lei do Associativismo Jovem, têm dificultado a sobrevivência de diversas associações juvenis, que se vêem sem meios para desenvolver a sua actividade, em especial os grupos de jovens ou associações que optam por não ter uma natureza formal.

É necessário rever a fundo o Regime Jurídico do Associativismo Jovem, com o aumento dos apoios à actividade das associações juvenis formais e não formais e o reforço dos equipamentos de usufruto para jovens. É fundamental revogar a Lei dos Conselhos Municipais de Juventude, contribuindo para uma participação efectiva das organizações e associações na definição e desenvolvimento das políticas que envolvem os jovens junto do poder local, regional e nacional.

O Festival Liberdade é um projecto regional, assumido pela Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), em parceria com o movimento associativo juvenil da região, que cria espaços de discussão e participação das estruturas juvenis, formais ou não, numa visão de esperança e confiança na capacidade transformadora de que a juventude é natural portadora. O Festival conta já com sete edições e tem-se afirmado como espaço de discussão e partilha entre organizações juvenis e outras entidades. O Festival Liberdade e a sua forma de construção ímpar é o reflexo das políticas para a juventude prosseguidas pelas autarquias de maioria CDU na nossa região.

A JCP desempenha um papel insubstituível de ligação do PCP à juventude, com uma intervenção diária direccionada para o local de estudo ou trabalho, no esclarecimento e mobilização da juventude para a luta, em defesa dos seus direitos e aspirações.

O apoio do PCP ao fortalecimento da JCP é fundamental e deve ser reforçado, estimulando o desenvolvimento do reforço orgânico da JCP, através do respeito fraternal da autonomia, criatividade, capacidade de decisão e acção dos jovens comunistas. É fundamental que todos os jovens sejam integrados na sua organização de juventude, a JCP.

O movimento das mulheres

A participação organizada das mulheres é indispensável na exigência de ruptura com a política de direita e pela concretização da política patriótica e de esquerda. A concretização desta política é condição necessária para dar efectivo combate às causas das desigualdades e discriminações específicas que as atingem e que continuam presentes em todos os domínios.

Constituem justas aspirações das mulheres: a igualdade em todas as esferas da vida, a garantia de acesso ao trabalho e a não exclusão das mulheres por serem mães; a garantia de carreiras profissionais, a promoção e o acesso a todos os cargos de direcção; o reforço da sua participação na vida política e social e nos demais sectores de actividade; a igualdade salarial entre homens e mulheres; a redução do horário de trabalho para 35 horas semanais; o fim da precariedade que impede a realização de projectos de vida individuais e familiares; o fim da desregulação dos horários que constitui um instrumento de intensificação da exploração

laboral e um obstáculo à conciliação entre a vida familiar e profissional; o cumprimento dos direitos de maternidade e paternidade; a protecção na saúde da mulher em todo o ciclo de vida, na prevenção primária, secundária e de recuperação; a garantia do direito à reforma e a uma pensão digna; a melhoria das respostas nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado; a criação de uma rede pública de creches e de outros equipamentos de qualidade e a preços acessíveis, designadamente de apoio aos idosos, às pessoas com deficiência, na assumpção de políticas que facilitem as tarefas familiares ainda demasiado concentradas na mulher; atribuição do subsídio da Segurança Social na situação de baixa por assistência à família no caso de apoio a ascendentes.

Dar combate à violência sobre as mulheres em todas as suas expressões, seja física, sexual, moral, psicológica ou económica, flagelo que tem causas que radicam nas desigualdades e discriminações, aumentando os meios e as respostas efectivas do Estado. Exige-se uma eficaz garantia de protecção às mulheres vítimas de violência doméstica, facilitando a sua autonomia e inserção na vida social. Assume especial pertinência neste momento o combate às tentativas de naturalizar a prostituição e de dar espaço legal ao negócio, pelo que a prostituição deve ser tratada como um grave flagelo social e uma grave violência e exploração das mulheres, devendo o Estado tomar as medidas adequadas à protecção das mulheres prostituídas e de inserção social das mulheres que saem da prostituição.

É de valorizar o contributo das mulheres da região nas lutas pelo trabalho com direitos, pelo desenvolvimento e pela paz, com expressão maior nas manifestações nacionais de mulheres realizadas pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM) no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

O movimento dos reformados

O aumento da esperança de vida é uma conquista civilizacional que coloca novas questões que exigem reflexão, devendo ser vertidas nos conteúdos das políticas sociais em Portugal, para que o número de anos que se espera viver após a passagem à condição de reformado possa ser vivido com mais qualidade de vida.

No distrito de Setúbal vivem cerca de 290.830 pensionistas, dos quais cerca de 231.191 recebem a sua prestação pela Segurança Social. Destes, 159.861 são pensionistas por velhice, 54.139 recebem pensões de sobrevivência e 17.191 pensões por invalidez. A maior parte dos pensionistas da Segurança Social recebe menos de 500€ mensais em pensões de velhice e invalidez.

A política de direita que ao longo dos anos levou ao ataque a importantes funções sociais, facto que se agravou com o governo PSD-CDS/PP, através de sucessivas reduções orçamentais na saúde, na educação e na Segurança Social, deteriorou a qualidade dos serviços públicos e das funções sociais do Estado.

Os sucessivos Governos avançaram para a instrumentalização de algumas Associações de Reformados, promovendo a sua transformação em IPSS, tentando rever uma obrigação constitucional do Estado. Reconhecendo o trabalho empenhado e solidário de muitos dirigentes das Associações de Reformados, é essencial clarificar que esta situação condicionou e condiciona o seu campo de acção reivindicativa e sua autonomia.

Existem na região de Setúbal 44 Associações consolidadas. Embora em todas elas se reconheça e se tenha em conta o papel da Federação Distrital do Movimento Unitário de Reformados – MURPI, apenas 25 se encontrarem filiadas, facto mais evidenciado na sua participação nos importantes eventos anuais: Piquenício Regional e Piquenício Nacional.

Esta estrutura regional unitária das Associações de Reformados teve particularmente desde a última AORS um importante papel na mobilização dos reformados da Península de Setúbal para a luta, em acções próprias ou em conjugação com a Inter-Reformados distrital, contra a política de direita do governo do PSD/CDS-PP. Essa luta viria a dar um contributo importante para a alteração da correlação de forças na Assembleia da República, que com a intervenção decisiva do PCP, se conseguiram algumas reposições nos rendimentos dos reformados que, embora insuficientes, acumulam na maioria das pensões um aumento de 30€ no triénio de 2017 a 2019 e permitiram o pagamento na totalidade do subsídio de Natal em Novembro de 2018.

Nesta frente de trabalho, ainda que se tenham verificado alguns avanços, importa reforçar a intervenção do Partido junto dos reformados, colocando-se como prioridade a responsabilização de quadros em cada

organização de freguesia e concelhia por esta área de trabalho, a estruturação com vista á constituição de células de reformados, que articulem e reforcem a acção com a coordenação a nível regional.

O movimento das pessoas com deficiência

Os portadores de deficiência e as suas famílias sentem de modo acrescido as consequências da política de direita desenvolvida ao longo de décadas pelo PS, PSD e CDS-PP.

Não é de caridade que as pessoas com deficiência necessitam, mas sim de reconhecimento dos seus direitos, respeito e apoio do Estado. Foi com base nestes princípios que foram criadas muitas associações que hoje perduram e nas quais os comunistas inseridos devem dinamizar a intervenção e luta pelos direitos, interesses e aspirações das pessoas com deficiência e das suas famílias.

A nível nacional, a Confederação Nacional das Organizações de Deficientes representa a quase totalidade das diversas associações. E a Associação Portuguesa de Deficientes tem uma importante expressão na região, com uma delegação distrital a funcionar no Barreiro e delegação local no Seixal.

Na Península de Setúbal existem dezenas de instituições e associações como sejam as CERCI, APPACDM, ANST, ADFA, APCAS, entre muitas outras, que têm contado ao longo dos anos com a solidariedade e apoio das autarquias locais – muitas vezes para além das suas competências legais - à sua actividade e para a solução de muitos dos problemas com que pessoas e associações se confrontam.

No plano da organização do Partido, importa aprofundar o conhecimento dos problemas com que se confrontam as instituições das pessoas com deficiência existentes na região e colocar a funcionar regularmente a coordenadora regional do Partido para a área e criar organismos para integrar os camaradas que intervêm nas diferentes instituições.

Contribuir para a dinamização do movimento das pessoas com deficiência tendo como objectivo a defesa dos seus legítimos interesses, intervindo e lutando em conjunto com os outros trabalhadores e o povo, dando-lhe maior expressão pública.

O movimento dos imigrantes

Nos últimos anos, uma parte dos imigrantes saíram de Portugal, procurando trabalho noutros países ou regressando aos seus países de origem, pese embora dados oficiais que revelam uma subida nos últimos dois anos do número de imigrantes a residir em Portugal.

Em 2017 existiam no distrito de Setúbal 35.907 imigrantes, menos 3.856 face ao ano de 2014. No entanto, o número de imigrantes a viver na Península de Setúbal é bastante superior, tendo em conta que os dados oficiais não contabilizam milhares de imigrantes sem documentos, considerados pelos sucessivos governos como “ilegais”, sujeitos a expulsão sumária do nosso país. Só em 2017, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras terá expulsado 354 imigrantes que residiam em Portugal.

O número de trabalhadores imigrantes com vínculo de trabalho precário é enorme, os horários e as condições de trabalho são desumanas e muitas vezes ilegais. Os seus salários são em média inferiores aos dos restantes trabalhadores e os níveis de desemprego são, em geral, superiores ao da população nacional. Em 2014, a taxa de desemprego da população estrangeira em Portugal era de 22,2% face aos 13,9% entre a população nacional.

No quadro de agravamento e deterioração da situação económica e social, aprofundam-se as condições para a promoção e intensificação de sentimentos racistas e xenófobos na sociedade, que têm servido ao grande capital como solução para a sua perpetuação no poder. Temos assistido com grande preocupação, um pouco por todo o mundo, a tomadas de posição fascistas de governos e partidos e a manifestações e aprovação de legislação xenófoba e racista.

Torna-se, assim, ainda mais necessária a intervenção e a luta das associações de imigrantes e do movimento anti-racista.

O movimento associativo de imigrantes, que conta com mais de uma dezena de associações na nossa região, tem-se revelado importante para a afirmação e valorização da diversidade étnica, cultural e social das comunidades imigrantes e no apoio à sua integração na sociedade. A fragilidade destas associações, resultante da carência de meios próprios, da falta de apoios públicos e da dispersão que as caracteriza, expõem-nas a tentativas de enfraquecimento e manipulação, preocupação a que devemos dar atenção.

A Frente Anti-Racista (FAR), pelas suas características e património, é uma estrutura privilegiada no combate ao racismo e à xenofobia e espaço de intervenção e agregação de imigrantes. O seu crescimento e reforço da sua ligação com diversas comunidades e associações de imigrantes é um objectivo que importa incentivar.

Os números e características socioeconómicas da comunidade imigrante demonstram a sua importância política, justificando e exigindo que as organizações do Partido conheçam melhor, acompanhem e intervenham mais sobre esta realidade.

O PCP luta pela plena legalização da situação de todos os imigrantes, dando combate à precariedade, ao trabalho sem direitos e às redes de tráfico que exploram a condição de trabalhadores imigrantes clandestinos e de mulheres, contribuindo para uma vida digna tanto para si, como para os seus descendentes.

O PCP defende a plena igualdade de direitos para todos os trabalhadores, nacionais ou estrangeiros, a um trabalho e salário dignos, à saúde, à Segurança Social – para a qual os imigrantes contribuem com saldo amplamente positivo – à educação, à saudável integração das crianças e jovens de todas as nacionalidades, dando combate a manifestações discriminatórias, racistas ou xenófobas, pelo reconhecimento e valorização da diversidade étnica, cultural e social.

O movimento dos utentes dos serviços públicos

A luta das populações em defesa dos serviços públicos na área da saúde e dos transportes mantém, na nossa Península, um regular e diversificado conjunto de acções, muitas de carácter público e congregando centenas de cidadãos.

A defesa do SNS, tendo como bandeira os direitos consignados na Constituição da República, é a tónica dominante no combate à falta de estruturas e apetrechamentos necessários, de médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar.

A melhoria dos transportes rodoviários, ferroviários e fluviais, neste caso particularmente na ligação entre as duas margens do Tejo (a partir da Trafaria, Cacilhas, Barreiro, Seixal e Montijo), não parou igualmente de motivar reivindicações.

Sem dúvida que as movimentações para que a concessão feita de mão beijada à FERTAGUS tenha retorno na CP pública, em 2019, foram expressivas, mas não decresceram as iniciativas contra o encerramento dos estações e postos dos CTT ou da Caixa Geral de Depósitos, pela melhoria da Segurança Social e contra o mapa judiciário, sendo ainda objecto de luta a construção de novos Tribunais ou a modernização das suas instalações nalguns concelhos.

Desde concentrações, desfiles, idas à Assembleia da República, à residência Oficial do Primeiro-Ministro ou aos ministérios, debates públicos, vigílias e recolha de assinaturas para engrossar petições, as Comissões de Utentes são persistentes e têm como rosto o Movimento de Utentes dos Serviços Públicos (MUSP), de âmbito nacional, em convergência com outras estruturas, nomeadamente do MSU e contando com o envolvimento e apoios das autarquias locais, por vezes em posição de liderança.

Alguns avanços nas assinaturas de protocolos ou lançamento de primeiras pedras comprometendo o Governo não podem fazer esquecer que na sua base estiveram a população e os trabalhadores organizados, sendo justo afirmar que o Partido, as suas organizações ou o Grupo Parlamentar, incluindo com a presença de dirigentes e deputados no terreno, foram elementos imprescindíveis para os vários avanços.

O movimento de luta pelo novo aeroporto

Ao longo dos últimos anos tem crescido um forte movimento de luta e opinião contra a construção de uma infra-estrutura aeroportuária complementar ao aeroporto da Portela na BA-6, e pela exigência da construção por fases do novo aeroporto internacional de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete.

Em torno da luta pela concretização da construção desta estratégica infra-estrutura, cresceu um amplo e diversificado movimento de opinião de luta constituído por dirigentes associativos, eleitos autárquicos, dirigentes sindicais e diversas personalidades de enorme prestígio na engenharia, na medicina, no ambiente, na pilotagem e no controlo de tráfego aéreo, que se batem por uma verdadeira solução para o problema da saturação do aeroporto de Lisboa, e que tem conseguido alargar a entre um cada vez maior número de portugueses a recusa da opção do Governo e a exigência da construção por fases desta infra-estrutura no Campo de Tiro de Alcochete.

Uma luta que prossegue e se alarga, incorporando no seu desenvolvimento a defesa do interesse nacional, do desenvolvimento regional e da melhoria das condições de vida das populações.

O movimento associativo de cultura, recreio e desporto

O movimento associativo de cultura, recreio e desporto na Península de Setúbal conta com cerca de 1700 colectividades e associações, envolvendo dezenas de milhares de associados e milhares de dirigentes.

Com grande capacidade realizadora, nomeadamente ao nível cultural e desportivo, o movimento associativo assume grande importância social e política na região, sendo um espaço de democracia participativa e de consciencialização social e política, escola de formação e participação colectiva.

Um movimento que se mantém pujante apesar de ser profundamente afectado pela política de direita, caracterizada pela falta de apoio aos projectos e actividades e pelos entraves técnico-legais que crescentemente vêm sendo colocados a todo o movimento.

Sentem-se ainda na vida e funcionamento das estruturas associativas as crescentes dificuldades económicas e sociais com que se defronta a maioria dos portugueses, que estão na base do aumento das dificuldades de participação e disponibilidade dos dirigentes associativos.

A Federação Distrital das Colectividades e as Associações Concelhias de Colectividades na região, em conjunto com a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, têm sido plataformas importantes para a conjugação de esforços em torno de projectos regionais e nacionais.

Na Península de Setúbal, participam no movimento associativo um conjunto de quadros do Partido, cujo enquadramento importa melhorar no sentido do reforço e intervenção do movimento associativo.

Impõe-se assim melhorar o funcionamento das estruturas do Partido, no plano local e regional, e criar outras, sendo necessário adaptá-las e aproximá-las da realidade, apoiando e enquadrando colectivamente os militantes comunistas inseridos nas diversas estruturas associativas, mantendo não só um conhecimento da sua intervenção como procurando desenvolver e apoiar esse trabalho, devendo discutir-se com regularidade o papel dos comunistas nessas estruturas fundamentais para a ligação do Partido às massas.

O movimento da paz e solidariedade

Intensifica-se a ofensiva imperialista liderada pelos EUA, expandindo a guerra e a ingerência em todo o mundo. Urge lutar pela paz e a cooperação, a independência nacional, soberania, progresso económico e social e direitos para todos os povos e trabalhadores. Tal como denunciámos na 9ª Assembleia, esta ofensiva continua a ter a conivência do Governo português, em desrespeito da Constituição da República e de sucessivas votações por larga maioria da ONU.

Um exaustivo balanço, no que toca à nossa Península, continua a evidenciar um notável progresso na diversificação e articulação das acções do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, USS, a Associação Conquistas da Revolução, Associação de Amizade Portugal-Cuba, MDM, União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), Movimento de Solidariedade com Palestina e pela Paz no Médio Oriente, a JCP, Pioneiros de Portugal, colectividades, entre outros, contando com o apoio e empenho das autarquias locais lideradas pela CDU, as quais, por dinâmica própria, são propulsionadoras de não poucas iniciativas, com destaque para o pioneirismo no Movimento Municípios pela Paz.

Assim, graças a esta unidade e conjugação, Setúbal foi palco de desfile entre o largo Almirante Reis e o largo da Misericórdia, assinalando o 70º Aniversário da derrota do nazi-fascismo; ainda nesta cidade, uma oliveira foi plantada no largo de Palhais, conjugando o 8 de Março com a luta das mulheres da Palestina, acto simbólico que marcou igualmente a rotunda do Ovelheiro, na Quinta do Anjo, sendo de destacar o empenho da Escola Islâmica de Palmela; a reclamação da assumpção pelo Estado português da Declaração da ONU pela Abolição das Armas Nucleares foi aprovada, por proposta nossa, em inúmeros órgãos do poder local; a solidariedade com Cuba e com a Venezuela tem todos os anos ponto alto no Encontro Intercultural dos Saberes e Sabores, no Alto do Moinho; já são regulares intervenções em escolas, por sugestão dos professores, inclusivé com exposições; mantêm-se a deslocação de activistas ao Campo de Refugiados Sarauís no Deserto da Morte, nas fronteiras da Argélia; a exposição sobre os 100 anos da Grande Guerra teve espaço na Junta de Freguesia da Quinta do Conde; o projecto Conhecer a Guerra, Defender a Paz, envolvendo escolas do Barreiro e da Moita, durou semanas; e reedita-se desde 2005 o *Kid's Guernica*, iniciativa da AMRS.

O movimento da resistência anti-fascista

A luta contra o fascismo mantém-se como exigência da resistência e da luta actual. Os avanços da extrema-direita, nomeadamente a nível internacional, confirmam que existem condições para a propagação desses ideários. O esteio para essa propagação reside na crise estrutural do capitalismo que vem adicionar novos perigos. Por um lado, pode criar condições objectivas e subjectivas para uma maior exploração dos trabalhadores. Por outro lado, as injustiças sociais existentes servem para questionar a democracia política, dando abertura à exploração de sentimentos de descontentamento para o recrudescimento de ideias fascizantes.

Há que ter em conta que em Portugal as novas gerações não conheceram o peso da opressão policial, da repressão política, das prisões e torturas, da censura, da miséria, da emigração massiva e das guerras impostas pela política do fascismo. Não viveram a abominação das concepções da ideologia fascista na sua versão salazarista que a ditadura quis impor ao nosso povo, matraqueando-a nas escolas, martelando-a na comunicação social amordaçada.

Não podemos deixar apagar o que foi a ditadura, nem permitir a reabilitação dos seus responsáveis e da sua política, nem abrir caminho ao ressurgimento de ideologias fascistas, autoritárias e nacionalistas e de práticas políticas nelas inspiradas, em linha com as campanhas de descrédito, desvalorização e degradação da democracia.

A luta pelos ideais de Abril e a defesa do exercício das liberdades democráticas, promovidas pela delegação de Setúbal e Palmela e pelos núcleos de Almada, Barreiro, Moita e Seixal da URAP devem ser valorizadas e alargadas a outras localidades e onde estejam em causa limitações às liberdades.

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

Na Península de Setúbal existem mais de 150 IPSS que intervêm nas áreas da infância, juventude, mulheres em risco, imigrantes, saúde, deficiência e idosos.

As instituições com trabalho nesta área têm vindo a ser alvo de uma cada vez maior redução das participações por parte da Segurança Social, ao mesmo tempo que se agrava a situação económica e social de muitas famílias, conduzindo ao desequilíbrio financeiro de uma grande parte destas instituições, pondo em causa o papel que desempenham e a resposta necessária da sua intervenção.

O Estado tenta canalizar para políticas assistencialistas e caritativas as responsabilidades constitucionais de apoio social, sendo muitas vezes as autarquias locais a suportar o investimento e conservação dos equipamentos existentes.

Na maior parte das vezes é a intervenção voluntária de dirigentes, trabalhadores e activistas das instituições que dão resposta ao seu funcionamento, e se vêem confrontados com os inúmeros problemas que surgem na gestão diária e mensal, situação que deveria ser apoiada pelo Estado.

No plano da Península, em cada concelho é necessário um acompanhamento desta área de trabalho por parte do Partido. É importante um melhor conhecimento das instituições, organizar os membros do Partido que intervêm nessas estruturas, procurando soluções para os problemas existentes, exigir do poder central a assumpção dos compromissos sociais e lutar para que as dificuldades sociais de milhares de pessoas sejam resolvidas, combatendo o desemprego, a precariedade e outras causas que estão na sua origem.

O movimento associativo de pais e encarregados de educação

O movimento associativo de pais e encarregados de educação é um importante elemento na relação das escolas com as famílias e na defesa da escola pública.

O movimento das associações de pais continua a enfrentar problemas na estabilização do funcionamento e composição dos seus órgãos sociais, num quadro em que seria necessária, a par do acompanhamento à educação dos alunos, da participação em projectos associativos e na gestão das escolas, uma maior e mais activa intervenção na mobilização para a luta em defesa da escola pública.

As organizações do Partido devem dar maior atenção a este movimento, estimulando e destacando para a intervenção junto de outros pais e na vida da escola quadros do Partido que apoiem a mobilização em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade.

Bombeiros

O movimento associativo de bombeiros na região de Setúbal é constituído por 16 associações, que assumem um papel insubstituível na protecção civil, apoio e socorro das populações, a par da participação que dão à vida cultural e desportiva das localidades, o que lhes confere uma grande importância social e política.

Este movimento está estruturado a nível nacional numa Liga – a Liga dos Bombeiros Portugueses e a nível distrital em Federações. A Federação Distrital de Setúbal tem tido, de há uns anos a esta parte, um crescente papel na afirmação social do movimento e no reforço da cooperação e convergência das associações em torno dos problemas que as afectam.

Com os incêndios florestais de 2017, ficaram evidentes as debilidades e problemas existentes, e a necessidade de se romper com o caminho seguido, desenvolvendo uma política para o sector orientada para o efectivo reconhecimento e consagração do papel dos bombeiros.

Um reconhecimento que exige que os bombeiros tenham uma presença própria no quadro da estrutura de direcção da Associação Nacional de Protecção Civil, a exemplo do que acontece com os demais agentes de protecção civil.

Um papel que exige que a lei de financiamento seja adequada às necessidades das associações e corpos de bombeiros. O respeito pelos direitos e a dignificação da carreira dos bombeiros e a melhoria do estatuto social e material dos voluntários.

A participação de militantes do Partido no movimento associativo de bombeiros exige que se estabilizem espaços para discussão e envolvimento, de forma a melhor poderem agir para o reforço da influência e força deste movimento associativo, enquanto estrutura popular e de massas que deve ter uma vida interna democrática.

Acção e intervenção institucional

Os eleitos do PCP, agindo de forma distinta que decorre do quadro de valores e do elevado sentido ético da sua actuação, e intervindo em estreita articulação com as organizações do Partido, pautam a sua acção pela entrega à luta por uma vida e um mundo melhores, dando combate à política de direita e respondendo às aspirações populares. O estilo de trabalho e a forma de estar, cumprindo o princípio de não serem beneficiados nem prejudicados financeiramente, o conteúdo e as propostas, são prova bastante de que os partidos não são todos iguais.

É importante dar continuidade ao trabalho de proximidade com as populações e instituições, assegurando a regularidade de visitas e contactos e melhorando as respostas aos problemas que nos são colocados.

Acção e intervenção dos deputados do PCP no Parlamento Europeu

Os deputados eleitos pelo PCP no Parlamento Europeu têm dado continuidade a um trabalho de ligação às populações identificando os seus anseios e aspirações e com elas procurando encontrar soluções para os diferentes problemas identificados.

Os três deputados do PCP estiveram várias vezes na região em acções de contacto, reuniões e visitas com instituições públicas ou privadas, ou participando na luta dos trabalhadores e populações.

O aprofundamento da articulação do trabalho com os nossos eleitos no PE é potenciador do desenvolvimento do Partido na região.

Acção e intervenção dos deputados do PCP na Assembleia da República

A estreita ligação aos trabalhadores nos locais de trabalho, aos reformados, aos jovens, às mulheres, às populações, constitui um elemento central do trabalho, pois é a partir do conhecimento da realidade concreta que os eleitos do PCP intervêm, denunciando os problemas e propondo soluções para a sua resolução.

Os deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Setúbal, mantendo uma intensa ligação e intervenção com o povo na região de Setúbal, têm promovido e participado em iniciativas, encontros, debates, visitas e reuniões com os trabalhadores, os ORT e com outras forças sociais da região.

A intervenção institucional é expressão da acção geral do Partido e da luta dos trabalhadores e do povo, e pode e deve contribuir para o seu desenvolvimento.

É necessário dar continuidade a este trabalho tomando as medidas necessárias para o desenvolvimento de acções que potenciem a presença dos eleitos na região.

Acção e intervenção no poder local democrático

A intervenção nas autarquias locais é uma forma de ligação do Partido às massas e a afirmação e prática do projecto autárquico do PCP e CDU é parte do projecto político que se propõe ao País.

A intervenção dos eleitos comunistas e seus aliados no quadro da CDU continua a ser profundamente marcada pela exigente tarefa de resistir ao brutal ataque ao poder local democrático e consequente perda de autonomia.

As autarquias locais têm sido ao longo dos últimos anos vítimas do esbulho das suas receitas por parte dos sucessivos governos, conduzindo a crescentes dificuldades financeiras e no seu funcionamento, dando espaço a instrumentos de ataque à autonomia financeira e administrativa.

São exemplo o incumprimento da lei das finanças locais, a extinção das freguesias, a transferência de competências para as autarquias, a pressão para a verticalização dos sistemas relativamente à água, ou os problemas causados pela privatização da EGF.

A luta levada à prática por eleitos, trabalhadores e populações tem sido determinante para travar o ímpeto privatizador dos sucessivos governos e para reverter passos dados, de que é exemplo a SIMARSUL.

São objectivos principais da acção dos eleitos comunistas:

- Desenvolver uma gestão assente em opções políticas determinadas por critérios de classe, que se distingue de outras pelas relações que estabelece com os trabalhadores, nos critérios de uso do solo e de sustentabilidade ambiental, na definição de investimentos, na relação com o movimento associativo e popular, na defesa e valorização do serviço público, no conteúdo das políticas culturais e desportivas, na relação com as populações e no incentivo à participação e luta popular e se afirme numa prática política que vise a concretização do projecto autárquico do PCP;
- Desenvolver uma acção marcada pela proximidade aos problemas, que estimule o envolvimento das organizações populares e das populações, a luta e a elevação da consciência social, política e cultural do povo e contribua para a afirmação do projecto do Partido e o seu prestígio;
- Resolver os problemas das populações, no quadro das suas competências e capacidades, afirmar os seus direitos e defender as suas aspirações e interesses colectivos, assumindo uma firme postura face ao poder central na exigência do cumprimento das suas responsabilidades;
- Defender os serviços públicos municipais e salvaguardar no presente e para o futuro o património e competências municipais;
- Intervir sobre os principais problemas sociais, defendendo o aparelho produtivo e o emprego;
- Esclarecer, envolver e mobilizar a população para a luta contra o processo de transferência de competências, tendo em conta que este põe em causa a universalidade de funções sociais do Estado, não corresponde a um verdadeiro processo de transferência de competências, não há garantias de que os meios a transferir venham a corresponder ao nível de exigência da prestação de serviços a assumir pelo poder local, nem que os recursos para a execução das responsabilidades garantirão um nível de qualidade superior àquele que hoje é alcançado. Desta forma, o processo de transferência de competências não passará de um novo pacote de transferência de encargos, com prejuízos para a autonomia do poder local e, sobretudo, para a população, traduzindo-se, na prática, na continuidade da desresponsabilização da administração central daquilo que é a sua missão e dever;
- Dar continuidade à luta pela reposição das freguesias.

No plano do Partido, e no âmbito da nossa intervenção no plano local, é necessário:

- Dar continuidade ao funcionamento regular dos organismos do Partido para o acompanhamento do trabalho autárquico;
- Reforçar a participação dos eleitos comunistas na estrutura partidária aos vários níveis - regional, concelhio e de freguesia - cumprindo o princípio estatutário de não ser beneficiado nem prejudicado e melhorar o funcionamento e a articulação entre os eleitos dos vários órgãos;
- Dar continuidade ao trabalho regular nas células de eleitos das Câmaras Municipais; reforçar e criar, onde ainda não existem, células dos eleitos em Juntas de Freguesia;
- Dar atenção aos órgãos deliberativos, preparando atempadamente as sessões das Assembleias Municipais e de Freguesia, designadamente com a constituição de organismos próprios, que permitam e estimulem o envolvimento das organizações concelhias e de freguesia;
- Dar carácter regular ao trabalho de coordenação entre eleitos dos diferentes órgãos autárquicos;
- Reforçar a articulação da acção entre comunistas eleitos nas autarquias e comunistas eleitos em estruturas do movimento associativo popular e as células dos trabalhadores das autarquias.

As eleições e a correlação de forças políticas na região de Setúbal

Entre a 9ª e a 10ª AORS ocorreram três actos eleitorais: eleições legislativas, presidenciais e autárquicas, registando-se alterações no quadro político-partidário na Península de Setúbal.

As eleições legislativas

As eleições legislativas de 4 de Outubro de 2015 ficaram marcadas pela derrota imposta à coligação PSD / CDS-PP, traduzida na perda de mais de 700 mil votos e 25 deputados, deixando de ter maioria absoluta e legitimidade política para prosseguir a acção destruidora dos quatro anos anteriores contra os trabalhadores e o povo e de afronta à Constituição da República Portuguesa.

Tendo no plano nacional obtido mais votos e maior expressão eleitoral, com a eleição de mais um deputado, a CDU alcançou um importante resultado. Na Península de Setúbal foram eleitos quatro deputados, tendo os valores alcançados pela CDU sido abaixo dos verificados nas legislativas de 2011 (71516 votos em 2015 e 74.001 votos em 2011, ou seja, menos 2.485 votos).

A CDU desenvolveu uma campanha de esclarecimento democrático, feita de contacto directo, de esclarecimento e mobilização para o voto, nas empresas, locais de trabalho e de residência.

Eleições presidenciais

Nas eleições presidenciais de 24 de Janeiro de 2016, a candidatura de Edgar Silva, que, num quadro difícil, sem hesitação se assumiu como a candidatura dos trabalhadores vinculada aos valores de Abril, confirmou a importância da voz própria do PCP no debate sobre a situação nacional e do papel do Presidente da República.

O resultado obtido pela candidatura de Edgar Silva (9% e mais de 30 mil votos na Península de Setúbal) fica aquém do valor que o seu projecto exigia, quer quanto ao objectivo destas eleições – impedir a eleição do candidato do PSD/CDS-PP- quer quanto ao que representava e expressava de uma intervenção coerente e insubstituível para a luta por um outro rumo para Portugal.

Eleições autárquicas

Profundamente condicionadas, no plano nacional, pela discriminação, deturpação e silenciamento da comunicação social dominante, pelas sondagens e a criação de cenários artificiais de bipolarização, as eleições autárquicas de 1 de Outubro de 2017 confirmaram a CDU como a grande força de esquerda no poder local democrático, mantendo a presença em todo o território nacional.

Na região de Setúbal, a CDU foi a força mais votada, com maior número de presidências de Câmara Municipal (cinco) e de Junta de Freguesia (22) e com maior número de mandatos em Assembleias Municipais.

A perda da presidência das Câmaras Municipais de Alcochete, Almada e Barreiro, bem como de oito Juntas de Freguesia, é o aspecto mais negativo deste resultado.

Sendo eleições com dinâmica local, é errado fazer generalizações, até porque há aumentos e diminuições de número de votos em territórios contíguos. No entanto, o forte investimento do PS na região, o BE ter escolhido a diminuição da influência da CDU como objectivo primeiro, o empolamento da propalada necessidade de “mudar”, as condições de exercício do mandato autárquico 2013-2017, em que o poder local foi fustigado por ataques à sua autonomia, brutais cortes financeiros e impedimentos à contratação de trabalhadores, ou a extinção de freguesias, são traços comuns. Aspectos locais, como a arrumação de forças concorrentes, o papel das listas de cidadãos eleitores ou a persistência de problemas não resolvidos, pesaram no resultado da CDU.

O fortalecimento do trabalho colectivo das equipas e organismos, a valorização do trabalho realizado, a melhoria da ligação aos trabalhadores das autarquias e à resolução dos seus problemas, o reforço do trabalho de direcção do Partido e o alargamento unitário, são linhas de trabalho que exigem tomada de medidas para a sua concretização.

Os mais de 350 eleitos da CDU na Região, em maioria ou em minoria, exercem hoje o seu mandato com trabalho, honestidade e competência, na continuidade dos mandatos anteriores.

Os próximos actos eleitorais

As próximas batalhas eleitorais assumem no actual quadro político uma importância relevante, seja pelas possibilidades reais de reforço das posições institucionais do PCP e da CDU, seja porque constituem um momento e uma oportunidade para uma clara afirmação da política patriótica e de esquerda.

No contexto de aprofundamento da integração capitalista europeia, as eleições para o Parlamento Europeu em 26 de Maio de 2019, são uma oportunidade para, pelo reforço do PCP e da CDU, afirmar a denúncia,

esclarecimento e combate à política de abdicação da soberania e independências nacionais e de sujeição aos ditames e aos interesses estratégicos das grandes potências europeias, desenvolvidas pelo PS, PSD e CDS-PP.

As eleições para a Assembleia da República, em 6 de Outubro de 2019, são uma oportunidade para que a crescente simpatia, reconhecimento e confiança se traduzam no reforço da votação da CDU, contribuindo assim para o resultado nacional nesta grande batalha política e eleitoral, com vista à melhoria das condições para a concretização da política patriótica e de esquerda de que Portugal precisa.

Nas eleições autárquicas de 2021, apresentar-nos-emos como a grande força de esquerda no poder local, com o objectivo de alcançar mais votos, mandatos e maiorias em todos os concelhos e freguesias da região, a única alternativa ao caminho de retrocesso que o PS impôs às populações.

PELO DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

O enquadramento, as condicionantes e potencialidades

A concretização da proposta do Partido para o desenvolvimento regional é indissociável da política patriótica e de esquerda que o PCP defende para o País, condição indispensável para reverter a destruição do aparelho produtivo e o empobrecimento causado por décadas de política de direita.

A Península de Setúbal, tal como o país em geral, têm sido fortemente atingidos na destruição do aparelho produtivo causada por décadas de política de direita dirigida por sucessivos governos do PS, PSD e CDS/PP, agravada pela adesão à União Europeia, pelos PEC e pelo Pacto de Agressão das troikas.

A Península de Setúbal, tal como o país em geral, tem enormes potencialidades que, aproveitadas e colocadas ao serviço do povo, permitiriam ultrapassar défices e dependências, proporcionando uma elevada qualidade de vida aos trabalhadores e amplas camadas sociais.

A Península de Setúbal beneficia de níveis elevados de qualidade de vida e de desenvolvimento, indissociáveis do papel do poder local democrático, nomeadamente nos planos ambiental, social, associativo, desportivo, cultural, educativo, de ordenamento do território, de um elevado grau de cobertura de infra-estruturas básicas, a que se associam fortes possibilidades na investigação e no desenvolvimento e nas redes digitais de tecnologia da informação.

A Península de Setúbal tem uma importante base industrial, um significativo potencial para a produção energética, possui características naturais que lhe permitem dispor de importantes portos de âmbito nacional, bem como de capacidades relevantes na agricultura, nas pescas e na aquicultura.

A Península de Setúbal é portadora de um potencial que lhe advém da ligação ao mar e aos estuários do Tejo e do Sado, de importantes áreas protegidas, onde a serra da Arrábida se destaca, e de uma frente de praias que lhe confere igualmente possibilidades de desenvolvimento turístico.

A Península de Setúbal conta com trabalhadores portadores de uma vasta experiência na actividade produtiva, bem como com uma significativa população jovem.

O Plano Nacional de Investimentos 2030, ao não incluir um conjunto de projectos estruturais para o desenvolvimento regional, como a terceira travessia do Tejo, o novo aeroporto, ou a plataforma logística do Poceirão, frustra as expectativas das populações, dos autarcas e do tecido económico.

O PCP é o único partido capaz de dar resposta às aspirações do povo português, assente numa verdadeira política alternativa, capaz de resgatar o País da dependência e assegurar aos trabalhadores e ao povo uma vida digna, construir um Portugal com futuro, na senda do desenvolvimento e progresso da Península de Setúbal.

O País precisa de um projecto alternativo que mobilize energias, faça confluir vontades e acção, fazer convergir todos aqueles que aspiram a um Portugal soberano e desenvolvido, empenhados no combate à política de direita e em torno da política patriótica e de esquerda.

A vida tem demonstrado que não é possível dar solução aos problemas do País e da região mantendo uma linha de cedência às imposições da UE e do euro e amarrados a uma dívida insustentável. A solução política actual, de um governo minoritário do PS, mostra que só não se foi mais longe porque o PS mantém o País submetido àquelas políticas.

Um projecto alternativo que na sua concretização é inseparável do reforço da influência política, social, ideológica e eleitoral do PCP. Partido que mostra todos os dias que é a força onde está a sólida garantia de construção de um caminho capaz de dar solução aos problemas do País.

Ter consciência disso é compreender que para ir mais além, ultrapassando as contradições evidentes das opções políticas do PS, é preciso dar mais força ao PCP.

A construção da alternativa não se fará apenas com o PCP, mas não será possível sem o PCP.

Está nas mãos dos trabalhadores e do povo português abrir o caminho e concretizar o Portugal a que temos direito.

O PCP assumirá todas as suas responsabilidades como força portadora de uma política alternativa e uma alternativa política, força agregadora dos democratas e patriotas, força dinamizadora do esclarecimento e da luta, força de acção, esperança e confiança.

Portugal e a região precisam de um governo que concretize uma política patriótica e de esquerda, que passa por:

- libertar o país da submissão ao euro e às imposições da UE e renegoceie a dívida pública;
- valorizar o trabalho e os trabalhadores, os direitos, os salários, as reformas e as pensões;
- defender e promover a produção nacional e os sectores produtivos;
- garantir o controlo público da banca e do conjunto dos sectores básicos e estratégicos da economia, apoie as micro, pequenos e médios empresários e o sector cooperativo;
- garantir uma administração e serviços públicos ao serviço do povo e do país;
- desenvolver uma política de justiça fiscal;
- dar resposta aos graves problemas que enfrentam os serviços públicos com uma política dirigida para a igualdade, dignidade e bem-estar dos portugueses, capaz de lhes assegurar os seus direitos à saúde, à educação, à segurança social, à habitação, à cultura e aos transportes;
- defender o regime democrático e o cumprimento da Constituição da República Portuguesa;
- promover uma justiça acessível a todos e dar combate à corrupção.

O PCP defende a concretização de um plano de desenvolvimento integrado para a Península, que se centre em particular:

- na criação de postos de trabalho estáveis e com direitos;
- no aumento da capacidade produtiva, designadamente nos sectores automóvel, da reparação e construção naval, do papel, dos adubos, da metalomecânica pesada, da siderurgia, da electrónica, da biotecnologia, da agricultura, das pescas e agro-alimentar;
- no apoio ao desenvolvimento do turismo enquanto vertente do desenvolvimento económico e social, tendo em conta a riqueza e diversidade ambiental, paisagística e patrimonial da região;
- no fortalecimento dos serviços público: em defesa do SNS; pela construção do Hospital no concelho do Seixal e Hospital Montijo / Alcochete; pela construção dos centros de saúde em falta e a sua dotação com o pessoal necessário ao seu integral funcionamento; por uma rede de ensino superior público alargada e ligada a uma investigação científica potenciadora de desenvolvimento para a Península de Setúbal, nas suas vertentes económicas, sociais e culturais; por uma rede pública de creches; pela expansão do ensino pré-escolar; pela melhoria das condições materiais e humanas dos serviços públicos em geral;
- na melhoria e desenvolvimento dos transportes públicos: pela concretização do alargamento conquistado do passe social intermodal a toda a região e operadores, ao preço máximo de 40€, com o indispensável reforço de meios de transporte, circulações e de verbas; pelo investimento em manutenção nas frotas ao serviço das empresas e aquisição de novos navios, comboios e autocarros; pelo fim da PPP com a Fertagus e o metro transporte de superfície; pela reposição e alargamento da oferta de transportes públicos;
- em grandes investimentos, como a construção da ponte rodo-ferroviária Barreiro- Lisboa; o novo aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete; a modernização do pólo ferroviário do Barreiro;

o desenvolvimento da actividade portuária, com a ampliação e qualificação do porto de Setúbal e a construção do terminal de contentores no Barreiro; a concretização do projecto do Arco Ribeirinho Sul, designadamente no Barreiro, Seixal e Almada, em particular na sua componente de instalação de indústrias e capacidade produtiva; a expansão do metro de superfície até à Baixa da Banheira, com a construção da ponte rodo-ferroviária Barreiro-Seixal, lançando os estudos para o seu prolongamento à Moita, a Alcochete e á Costa da Caparica; a construção do pólo logístico do Poceirão, com ligação às redes ferroviárias nacional e internacional; a melhoria das acessibilidades rodoviárias aos principais centros urbanos; e abolição de todas as portagens;

- na criação do sistema intermunicipal de abastecimento de água em alta, com um modelo de gestão constituído na esfera do poder local democrático, na defesa da água pública.

Nota Final

A 10ª Assembleia salienta e afirma que os militantes e organizações do Partido na região de Setúbal, as gerações de comunistas desde há muito ligadas aos trabalhadores, à juventude, ao povo, são o colectivo capaz de levar à prática as decisões contidas nesta Resolução Política.



**10.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE SETÚBAL
BARREIRO - 2019**